PLANO MUNICIPAL DE **EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL** DE VILA DO PORTO

Vila do Porto
município

VERSÃO 3.0 | JANEIRO 2021 |PARTE III – INVENTÁRIOS, MODELOS E LISTAGENS

PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE VILA DO PORTO

VERSÃO 3.0 | PARTE III – INVENTÁRIOS, MODELOS E LISTAGENS

(contém componentes NÃO reservadas)

MPM.027.05.0001

Município de Vila do Porto

Serviço Municipal de Proteção Civil

Vila do Porto, janeiro de 2021

ATENÇÃO: Proteja o ambiente!

Antes de imprimir este Plano pense se é mesmo necessário. Poupe energia, toner e papel.

FICHA TÉCNICA DO DOCUMENTO

Título:	Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Vila do Porto (PMEPCVP)
Descrição:	O Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Vila do Porto é um documento formal no qual se encontram definidas as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários agentes, organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de proteção civil.
Data de elaboração:	15 de janeiro de 2021
Data da última atualização:	15 de janeiro de 2021
Versão:	Versão 3.0
Referência digital do ficheiro:	PMEPCVP VERSAO 3.0 JAN2021 PARTE III – INVENTARIOS MODELOS LISTAGENS MPM.027.05.0001
N.º de páginas:	85
Desenvolvimento e produção:	Serviço Municipal de Proteção Civil de Vila do Porto
Direção do projeto:	Carlos Rodrigues | Presidente do Município de Vila do Porto Ricardo Sousa | Vereador Municipal de Proteção Civil
Coordenação técnica:	Hélvio Braga | Coordenador Municipal de Proteção Civil
Equipa técnica:	Hélvio Braga | Coordenador Municipal de Proteção Civil Susana Freitas | Gabinete de Comunicação e Imagem Lucas Oliver Filipe Andrade
Estado do documento:	Para emissão de Parecer do SRPCBA e instrução de processo de aprovação pelo Órgão de Governo Regional com a tutela competente

ÍNDICE

FICHA TÉCNICA DO DOCUMENTO 3
ÍNDICE 4
ÍNDICE DE FIGURAS 5
ÍNDICE DE TABELAS 5
LISTA DE ACRÓNIMOS 6
REFERÊNCIAS LEGISLATIVAS 8
REGISTO DE ATUALIZAÇÕES 12
REGISTO DE EXERCÍCIOS 13
PARTE III — INVENTÁRIOS, MODELOS E LISTAGENS 14
1. INVENTÁRIO DE MEIOS E RECURSOS (Conteúdo Reservado) 15
2. LISTA DE CONTACTOS (Conteúdo Reservado) 16
3. MODELOS 17
3.1 Modelos de Relatório de Situação 17
3.1.1 Relatório Imediato de Situação (RELIS) 18
3.1.2 Relatório de Situação Geral ou Especial (RELGER ou RELESP) 21
3.1.3 Relatório Diário de Situação (REDIS) 26
3.1.4 Relatório Final 33
3.2 Modelo de Requisição 41
3.3 Modelo de Comunicados 42
3.3.1 Aviso à População 42
3.3.2 Nota Informativa/Ponto de Situação 43
3.3.3 Declaração de Situação de Alerta de Âmbito Municipal 45
3.3.4 Ativação do PMEPCVP 48
3.3.5 Desativação do PMEPCVP 49
4. LISTA DE DISTRIBUIÇÃO 50
ANEXOS 51
I. Cartografa de suporte às operações de emergência de proteção civil 52
II. Programa de Prevenção e Mitigação de Riscos/Manutenção Operacionalidade do Plano 65
1. Programa de Medidas a Implementar para a Mitigação de Riscos Identificados 66
1.1 Estratégias Gerais 67
1.2 Estratégias Específicas 68
2. Programa de Medidas a Implementar p/garantir a Operacionalidade do Plano 72
2.1 Relatório de Avaliação de Exercícios 75
III. Check-list de procedimentos 77
IV. Fita de Tempo 79

V. Registo de acessos 81

VI. Comunicação via rádio 83

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 24 – Diagrama das fases de realização de um exercício 73

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Registo de atualizações do PMEPCVP 12

Tabela 2 – Registo de exercícios do PMEPCVP 13

--- Conteúdo Reservado ---

Tabela 53 – Medidas especificas para a mitigação de riscos de origem natural 70

Tabela 54 – Medidas especificas para a mitigação de riscos de origem tecnológica 71

Tabela 55 – Medidas especificas para a mitigação de riscos de origem mista 71

Tabela 56 – Tipologia de exercícios de proteção civil quanto à natureza 72

Tabela 57 – Expressões de comunicação rádio 84

Tabela 58 – Alfabeto fonético 85

Tabela 59 – Modo de transmissão de horas via rádio 85

LISTA DE ACRÓNIMOS

- **AHBVSM**: Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Santa Maria;
- **ALFI:** Apoio Logístico às Forças de Intervenção;
- **ALP:** Apoio Logístico às Populações;
- **AM**: Autoridade Marítima;
- **ANA**: Aeroportos de Portugal;
- **ANAC**: Autoridade Nacional da Aviação Civil;
- **AP:** Apoio Psicológico;
- **APC**: Agente de Proteção Civil;
- **BVSM**: Bombeiros Voluntários de Santa Maria;
- **CD**: Campo de Desalojados;
- **CIVISA**: Centro de Informação e Vigilância Sismovulcânica dos Açores;
- **CMOEPC**: Centro Municipal de Operações de Emergência de Proteção Civil;
- **CMPC**: Comissão Municipal de Proteção Civil;
- **CMVP**: Câmara Municipal de Vila do Porto;
- **CNE**: Corpo Nacional de Escutas;
- **COA**: Centro de Operações Avançado;
- **COS**: Comandante das Operações de Socorro;
- **CPX**: Command Post Exercise;
- **CROEPCA**: Centro Regional de Operações de Emergência de Proteção Civil dos Açores;
- **CVARG**: Centro de Vulcanologia e Avaliação de Riscos Geológicos;
- **EBSSM**: Escola Básica e Secundária de Santa Maria;
- **EC:** Evacuação e/ou Confinamento;
- **EDA**: Eletricidade dos Açores, SA;
- **FA**: Forças Armadas;
- **FS**: Forças de Segurança;
- **GAF:** Gestão Administrativa e Financeira;
- **GDH**: Grupo Data-Hora;
- **GNR**: Guarda Nacional Republicana;
- **HDES**: Hospital Divino Espírito Santo;
- **IPMA**: Instituto Português do Mar e da Atmosfera;
- **ISSA**: Instituto de Segurança Social dos Açores;
- **JFA**: Junta de Freguesia de Almagreira;
- **JFSB**: Junta de Freguesia de Santa Bárbara;
- **JFSE**: Junta de Freguesia de Santo Espírito;
- **JFSP**: Junta de Freguesia de São Pedro;

- **JFVP**: Junta de Freguesia de Vila do Porto;
- **MOP:** Manutenção da Ordem Pública;
- **MT**: Média Tensão;
- **NAV**: Navegação Aérea de Portugal;
- **NecPro**: Necrotério Provisório;
- **OCS**: Órgãos de Comunicação Social;
- **PDM**: Plano Diretor Municipal;
- **PJ**: Polícia Judiciária;
- **PM**: Polícia Marítima;
- **PMA:** Posto Médico Avançado;
- **PMEPCVP**: Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Vila do Porto;
- **PSP**: Polícia de Segurança Pública;
- **SDASM**: Serviço de Desenvolvimento Agrário de Santa Maria
- **SEF**: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras;
- **SFSM**: Serviço Florestal de Santa Maria;
- **SIOPS**: Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro;
- **SIRESP**: Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal;
- **SM:** Serviços Mortuários;
- **SMPC**: Serviço Municipal de Proteção Civil;
- **SMTV:** Serviços Médicos e Transporte de Vítimas;
- **SRAAC**: Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas;
- **SRADR**: Secretaria Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural;
- **SROPC**: Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações;
- **SRPCBA**: Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores;
- **SRSD**: Secretaria Regional da Saúde e Desporto;
- **SS:** Socorro e Salvamento;
- **TO**: Teatro de Operações;
- **UA**: Universidade dos Açores;
- **USISM**: Unidade de Saúde da Ilha de Santa Maria;
- **ZA**: Zona de Apoio;
- **ZAP**: Zona de Acolhimento Primário;
- **ZCR**: Zona de Concentração e Reserva;
- **ZI**: Zona de Intervenção;
- **ZRnM**: Zona de Reunião de Mortos;
- **ZRR**: Zona de Receção de Reforços;
- **ZS**: Zona de Sinistro.

REFERÊNCIAS LEGISLATIVAS

Legislação Estruturante

- **Decreto Legislativo Regional n.º 26/2019/A, de 22 de novembro** – Aprova o Regime Jurídico do Sistema de Proteção Civil da Região Autónoma dos Açores;
- **Resolução do Conselho do Governo n.º 55/2019/A, de 16 de abril** – Aprova Regulamento do Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro da Região Autónoma dos Açores (SIOPS-RAA);
- **Decreto-Lei n.º 44/2019, de 1 de abril** – Concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da proteção civil;
- **Lei n.º 27/2006, de 3 de julho**, com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro e pela **Lei n.º 80/2015**, de 3 de agosto, que republica o diploma – Lei de Bases da Proteção Civil;
- **Lei n.º 59/2015, de 24 de junho** – Primeira alteração à Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto, que aprova a Lei de Segurança Interna;
- **Resolução da Comissão Nacional de Proteção Civil n.º 30/2015, de 7 de maio** – Fixa os critérios e as normas técnicas para a elaboração e operacionalização de planos de emergência de proteção civil;
- **Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de julho**, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro e pelo **Decreto-Lei n.º 72/2013**, de 31 de maio – Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS);
- **Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro**, com as alterações introduzidas pelo **Decreto-Lei n.º 114/2011**, de 30 de novembro – Enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal, organização dos serviços municipais de proteção civil e competências do comandante operacional municipal.

Legislação Orgânica

- **Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2016/A, de 21 de novembro** – Aprova a orgânica do XII Governo Regional dos Açores;
- **Decreto Legislativo regional n.º 10/2015/A, de 9 de abril** – Adapta à Região Autónoma dos Açores o Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 249/2012, de 21 de novembro – Adaptação à Região Autónoma dos Açores do regime Jurídico aplicável aos Bombeiros Portuguesas.

- **Decreto-Lei n.º 40/2015, de 16 de março** – Lei Orgânica da Autoridade Nacional da Aviação Civil;
- **Decreto-Lei n.º 187/2014, de 29 de dezembro** – Lei Orgânica da Força Aérea;
- **Decreto-Lei n.º 186/2014, de 29 de dezembro** – Lei Orgânica do Exército;
- **Decreto-Lei n.º 185/2014, de 29 de dezembro** – Lei Orgânica da Marinha;
- **Decreto-Lei n.º 184/2014, de 29 de dezembro** – Lei Orgânica do Estado-Maior-Geral das Forças Armadas;
- **Decreto-Lei n.º 163/2014, de 31 de outubro** – Altera e republica o Decreto-Lei n.º 73/2013, de 31 de maio – Lei Orgânica da Autoridade Nacional de Proteção Civil;
- **Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 7 de julho**, com as alterações introduzidas pela **Lei Orgânica n.º 5/2014**, de 29 de agosto – Lei de Defesa Nacional;
- **Decreto-Lei n.º 44/2002, de 2 de março com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 235/2012, de 31 de outubro e Decreto-Lei n.º 121/2014, de 7 de agosto** – Lei Orgânica da Autoridade Marítima Nacional;
- **Lei Orgânica n.º 6/2014, de 1 de setembro** – Procede à primeira alteração à Lei Orgânica de bases da organização das Forças Armadas, aprovada pela Lei Orgânica n.º 1-A/2009, de 7 de julho;
- **Decreto-Lei 82/2009, de 2 de abril**, com as alterações introduzidas pelo **Decreto-Lei 135/2013,** de 4 de outubro - Estabelece as regras de designação, competência e funcionamento das entidades que exercem o poder de autoridade de saúde;
- **Lei n.º 28/2013, de 12 de abril** – Define as Competências, a Estrutura e o Funcionamento da Autoridade Aeronáutica Nacional;
- **Decreto-Lei n.º 240/2012, de 6 de novembro** – Lei Orgânica do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras;
- **Decreto-Lei 166/2012, de 31 de julho** – Lei Orgânica do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses;
- **Decreto-Lei n.º 83/2012, de 30 de março** – Lei Orgânica do Instituto de Segurança Social;
- **Decreto-Lei 68/2012, de 20 de março** – Lei Orgânica do Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P.;
- **Decreto-Lei 39/2012, de 16 de fevereiro** – Lei Orgânica do Instituto Português do Sangue e da Transplantação;
- **Lei 63/2007, de 6 de novembro** – Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana;
- **Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto** – Lei Orgânica da Polícia de Segurança Pública;
- **Decreto-Lei n.º 281/2007, de 7 de agosto** – Aprova o Regime Jurídico da Cruz Vermelha Portuguesa;

- **Decreto Legislativo Regional n.º 7/99/A, de 19 de março (Alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 39/2006/A, de 31 de outubro e pelo Decreto Legislativo Regional n.º 11/2007-A, de 23 de abril)** – Aprova a orgânica e o quadro de pessoal do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores.
- **Decreto-Lei 22/2006, de 2 de fevereiro** – Lei Orgânica do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente e do Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro, da Guarda Nacional Republicana;

Legislação Técnico – Operacional

- **Despacho n.º 3317-A/2018, de 3 de abril** – Revê o Sistema de Gestão de Operações (SGO);
- **Decreto-Lei n.º 224/2015, de 9 de outubro** – Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro, que estabelece o regime jurídico de segurança contra incêndios em edifícios.
- **Decreto-Lei 150/2015, de 05 de agosto** – Prevenção de Acidentes Graves com Substâncias Perigosas;
- **Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto** – Estabelece o Regime de Prevenção de Acidentes Graves.
- **Resolução do Conselho do Governo n.º 89/2015, de 11 de junho** – Determina a elaboração do Plano de gestão de riscos de inundações da região Autónoma dos Açores;
- **Portaria n.º 63/2015, de 20 de maio** – Regulamento Técnico de Segurança Contra Incêndio em Edifícios à Região Autónoma dos Açores;
- **Decreto Legislativo Regional n.º 6/20015/A, de 5 de março** – Regime Jurídico da Segurança Contra Incêndio em Edifícios;
- **Lei n.º 31/2014, de 30 de maio** – Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo;
- **Decreto-Lei n.º 41-A/2010, de 29 de abril**, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 206-A/2012, de 31 de agosto, e pelo **Decreto-Lei n.º 9-A/2014**, de 7 de fevereiro – Aprova o Regulamento do transporte terrestre, rodoviário e ferroviário, de mercadorias perigosas;
- **Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12 de julho**, com as alterações introduzidas pelo **Decreto-Lei n.º 42/2014, de 18 de março** – Prevenção de Acidentes Graves com Substâncias Perigosas;
- **Lei n.º 44/86, de 30 de setembro,** com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro, e pela **Lei Orgânica n.º 1/2012**, de 11 de maio – Lei do Regime do Estado de Sítio e do Estado de Emergência;

- **Decreto Legislativo Regional n.º 24/2011/A, de 22 de agosto**, aprova o Sistema Portuário dos Açores;
- **Decreto-Lei n.º 141/98, de 30 de dezembro**, alterado pelo **Decreto-Lei n.º 109/2010**, de 14 de outubro que estabelece o Regime Jurídico da remoção, transporte, inumação, exumação, transladação e cremação de cadáveres;
- **Decreto Regulamentar Regional n.º 6/2010/A, de 6 de abril** – Alteração ao Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2001/A, de 10 de setembro que define o Regime Jurídico de exercício da Autoridade de Saúde na região Autónoma dos Açores;
- **Decreto-Lei n.º 112/2008, de 1 de julho** – Conta de Emergência;
- **Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro** – Lei da Água: medidas de proteção contra cheias e inundações; medidas de proteção contra secas; medidas de proteção contra acidentes graves de poluição; medidas de proteção contra rotura de infraestruturas hidráulicas;
- **Decreto Legislativo Regional n.º 19/2003/A, de 23 de abril** – Aprova o Plano Regional da Água da região Autónoma dos Açores;
- **Decreto-Lei n.º 165/2002, de 17 de julho**, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 215/2008, de 10 de novembro e pelo Decreto-Lei n.º 156/2013, de 5 de novembro – Proteção contra Radiações Ionizantes;
- **Decreto Legislativo Regional n.º 28/99/A, de 31 de julho** – Estabelece o estatuto do Serviço Regional de Saúde dos Açores;
- **Decreto Legislativo Regional n.º 13/99/A, de 15 de maio** – Criação de centros operacionais de emergência de proteção civil a nível regional e municipal;
- **Decreto-Lei n.º 253/95, de 30 de setembro** – Sistema Nacional para a Busca e Salvamento Aéreo;
- **Decreto-Lei n.º 15/94, de 22 de janeiro** – Sistema Nacional para a Busca e Salvamento Marítimo;
- **Decreto Regulamentar n.º 18/1993, de 28 de junho** – Regula o exercício de funções de proteção civil das forças armadas;
- **Decreto-Lei n.º 363/88, de 14 de outubro** – Disciplina a concessão de auxílio financeiro do Estado às Autarquias locais;
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 17/85, 17 de abril** – Determina que os serviços do Estado, bem como as empresas públicas e as concessionárias de serviços públicos, no âmbito da respetiva concessão, prestem às autarquias locais toda a colaboração na organização e funcionamento de SMPC.

REGISTO DE ATUALIZAÇÕES

ATUALIZAÇÕES DO PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE VILA DO PORTO					
VERSÃO	**ALTERAÇÃO**	**DATA DE ALTERAÇÃO**	**DATA DE APROVAÇÃO**	**ENTIDADE APROVADORA**	**OBSERVAÇÕES**
1	PME de Vila do Porto	-	25/06/1999	SRHE – Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos	Elaborado pelo CVARG – Centro de Vulcanologia e Avaliação de Riscos Geológicos da Universidade dos Açores
2	PMEPC de Vila do Porto (totalidade do Plano)	07/2010	06/09/2010	SRCTE – Secretaria Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos	Elaborado pelo SMPC de Vila do Porto – Resolução n.º 25/2008
3	PMEPC de Vila do Porto (totalidade do Plano)	01/2021		SRS – Secretaria Regional da Saúde	Elaborado pelo SMPC de Vila do Porto – Resolução n.º 30/2015

Tabela 1 - Registo de atualizações do PMEPCVP

REGISTO DE EXERCÍCIOS

REGISTO DE EXERCÍCIOS DO PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE VILA DO PORTO								
TIPO DE EXERCÍCIO		**OBJETIVOS**	**CENÁRIO**	**LOCAL**	**DATA**	**ENTIDADES ENVOLVIDAS**	**MEIOS E RECURSOS ENVOLVIDOS**	**ENSINAMENTOS RECOLHIDOS**
CPX	**LIVEX**							
	X	- Teste ao Plano	Acidente rodoviário (transporte escolar)	Covas, Almagreira	07/11/2003	CMOEPC; BVSM; CSVP; FA; HDES; PSP; SMPC; SRCTE; SRPCBA		
X		- Teste ao Plano; - Articulação e Comunicações	Condições meteorológicas adversas	Todo o território municipal	01/03/2011	CMPC; SMPC; SRPCBA; CMVP; ANA; AM; AS; IAS; BVSM; CSVP; FA; PSP; GNR; ARM; SRCTE; SRAF; EDA;		

Tabela 2 – Registo de exercícios do PMEPCVP

PMEPCVP - PARTE III

INVENTÁRIOS, MODELOS E LISTAGENS

INDICE RÁPIDO

1. Inventário de meios e recursos	2. Lista de contactos	3. Modelos	4. Lista de distribuição
Página 15 - RESERVADO	**Página 16 RESERVADO**	**Página 17**	**Página 50**

1. INVENTÁRIO DE MEIOS E RECURSOS

CONTEÚDO RESERVADO

2. LISTA DE CONTACTOS

CONTEÚDO RESERVADO

3. MODELOS

3.1 Modelos de Relatório de Situação

Os relatórios têm por objetivo permitir aos órgãos de conduta e coordenação operacional avaliar a situação e a sua evolução em caso de acidente grave ou catástrofe, dando-lhes assim capacidade de intervenção para o mais rapidamente possível se controlar a situação e minimizar os seus efeitos.

Numa fase inicial tal documento constituirá um Relatório Imediato de Situação e no desenvolvimento da ocorrência dará lugar aos Relatórios de Situação Geral ou Especial. Após a desativação do plano deverá ser elaborado um Relatório Final.

Os **Relatórios Imediatos de Situação (RELIS)** têm origem nas ERAS e/ou EAT destinam-se aos órgãos de comando ou coordenação operacional dos escalões superiores respetivos. São transmitidos pela via de comunicação mais rápida e disponível podendo, atendendo às circunstâncias, ser verbais.

Os **Relatórios de Situação Geral (RELGER)** podem ter origem em qualquer escalão dos meios de intervenção ou do sistema de proteção civil e destinam-se aos escalões imediatamente superiores; podem ser periódicos, com horário previamente estabelecido, ou emitidos por solicitação de entidades com competência para tal. Em regra, devem ser escritos, podendo excecionalmente ser verbais e passados a escrito no mais curto espaço de tempo possível.

Os **Relatórios de Situação Especial (RELESP)** são solicitados pelo diretor do plano a qualquer entidade interveniente e destinam-se a esclarecer pontos específicos ou setoriais da situação.

Os **Relatórios Diários** devem ser elaborados pelo PCO, sumarizam o resultado das operações e o ponto de situação do dia. Devem ser enviados diariamente e por norma às 22:00h pelo modo de transmissão mais expedito para o efeito.

Os **Relatórios Finais** devem ser elaborados pelo diretor do plano e incluir uma descrição da situação de emergência ocorrida e das principais medidas adotadas.

3.1.1 Relatório Imediato de Situação (RELIS)

RELIS
RELATÓRIO IMEDIATO DE SITUAÇÃO

(Origem nas ERAS e/ou EAT) - página 1/3

1. OCORRÊNCIA

Município:	*Vila do Porto*
N.º Relatório:	
Data: _____/_____/_____	**Hora:** _____ : _____
Natureza:	
Localização (freguesia/local):	
Área afetada:	

2. DANOS PESSOAIS

Mortos:		**Desaparecidos:**	
Feridos graves:		**Feridos Ligeiros**	
Desalojados:		**Deslocados:**	
Evacuados:		**Soterrados:**	

3. DANOS NO EDIFICADO / INFRAESTRUTURAS

TIPO	DANOS		
	Ligeiros	Graves	Colapsados
Habitações			
Escolas			
Unidades Hoteleiras			
Unidades de Saúde			
Instalações Policiais			
Instalações Militares			
Quartéis de Bombeiros			
Monumentos			
Mercados/Supermercados			
Igrejas/Locais de Culto			
Lares/Infantários			
Unidades Industriais			
Edifícios Públicos			
Portos			
Aeroportos			
Outros: _____			
Outros: _____			

RELIS
RELATÓRIO IMEDIATO DE SITUAÇÃO

(Origem nas ERAS e/ou EAT) - página 2/3

4. DANOS EM VIAS DE COMUNICAÇÃO

VIAS	DANOS		
	Ligeiros	Graves	Destruídos
Rede Viária			
Pontes/Viadutos/Túneis			
Muros de Suporte			
Outros: _____			
Outros: _____			

5. DANOS EM TRANSPORTES/MAQUINARIA

TRANSPORTES	DANOS		
	Ligeiros	Graves	Inoperacionais
Rodoviários			
Aeronaves			
Maquinaria			
Embarcações			
Veículos Particulares			
Outros: _____			
Outros: _____			

6. DANOS EM INFRAESTRUTURAS BÁSICAS

REDE	DANOS		
	Ligeiros	Graves	Inoperacionais
Eletricidade			
Água			
Saneamento			
Telefónica fixa			
Telefónica móvel			
Teledifusão			
Radiodifusão			
Internet			
Satélite			
Outros: _____			
Outros: _____			

7. OUTRAS INFORMAÇÕES

Povoações em perigo/isoladas	
Habitações em Perigo	
Outros: _____	

RELIS
RELATÓRIO IMEDIATO DE SITUAÇÃO
(Origem nas ERAS e/ou EAT) - página 3/3

8. NECESSIDADES

Meios aéreos (especificar)	
Meios terrestres (especificar)	
Telecomunicações	
Logística (especificar)	
Combustíveis	
Alojamento	
Alimentação/Água	
Outros: _____	
Outros: _____	

9. RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO RELATÓRIO

Assinatura do Responsável:	

3.1.2 Relatório de Situação Geral ou Especial (RELGER / RELESP)

RELGER/RELESP
RELATÓRIO DE SITUAÇÃO GERAL/ESPECIAL

(Origem em Entidades Operacionais – ponto de situação regular de envio periódico definido) - página 1/5

1. OCORRÊNCIA

Município:	*Vila do Porto*	
N.º Relatório:	**RELGER: ___**	**RELESP: ___**
Data: _____/_____/_____	**Hora:** _____ : _____	
Natureza:		
Localização (freguesia/local):		
Área afetada:		

2. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA

3. DANOS PESSOAIS

Mortos:		**Desaparecidos:**	
Feridos graves:		**Feridos Ligeiros**	
Desalojados:		**Deslocados:**	
Evacuados:		**Soterrados:**	

RELGER/RELESP
RELATÓRIO DE SITUAÇÃO GERAL/ESPECIAL

(Origem em Entidades Operacionais – ponto de situação regular de envio periódico definido) - página 2/5

4. DANOS NO EDIFICADO / INFRAESTRUTURAS

TIPO	DANOS		
	Ligeiros	Graves	Colapsados
Habitações			
Escolas			
Unidades Hoteleiras			
Unidades de Saúde			
Instalações Policiais			
Instalações Militares			
Quartéis de Bombeiros			
Monumentos			
Mercados/Supermercados			
Igrejas/Locais de Culto			
Lares/Infantários			
Unidades Industriais			
Edifícios Públicos			
Portos			
Aeroportos			
Outros: _____			
Outros: _____			

5. DANOS EM VIAS DE COMUNICAÇÃO

VIAS	DANOS		
	Ligeiros	Graves	Destruídos
Rede Viária			
Pontes/Viadutos/Túneis			
Muros de Suporte			
Outros: _____			
Outros: _____			

6. DANOS EM TRANSPORTES/MAQUINARIA

TRANSPORTES	DANOS		
	Ligeiros	Graves	Inoperacionais
Rodoviários			
Aeronaves			
Maquinaria			
Embarcações			
Veículos Particulares			
Outros: _____			
Outros: _____			

RELGER/RELESP
RELATÓRIO DE SITUAÇÃO GERAL/ESPECIAL

(Origem em Entidades Operacionais – ponto de situação regular de envio periódico definido) - página 3/5

7. DANOS EM INFRAESTRUTURAS BÁSICAS

REDE	DANOS		
	Ligeiros	Graves	Inoperacionais
Eletricidade			
Água			
Saneamento			
Telefónica fixa			
Telefónica móvel			
Teledifusão			
Radiodifusão			
Internet			
Satélite			
Outros: _____			
Outros: _____			

8. SITUAÇÃO OPERACIONAL

Agentes de Proteção Civil	Operacionais	Veículos	Outros
Corpo de Bombeiros			
PSP			
GNR			
AM/PM			
Forças Armadas			
USISM			
Outros: _____			
Outros: _____			

9. ORGANIZAÇÃO DO TEATRO DE OPERAÇÕES (TO)

Localização do PCO	
Localização do ZCR	
Localização do ZCAP	
Localização do ZRnM	
N.º de Setores e Localização	
Identificação dos Comandantes de Setores	

RELGER/RELESP
RELATÓRIO DE SITUAÇÃO GERAL/ESPECIAL

(Origem em Entidades Operacionais – ponto de situação regular de envio periódico definido) - página 4/5

10. COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

GDH Convocação:	
GDH Inicio da Reunião:	
Entidades Participantes:	
Medidas Tomadas:	

11. DECLARAÇÃO DA SITUAÇÃO DE ALERTA

Concelho:	*Vila do Porto*
Entidade Responsável:	
GDH Inicio:	
GDH Fim:	
Descrição da Situação:	

12. PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL

GDH Ativação:	
Descrição da Situação:	
Critério de Ativação:	
GDH Desativação:	

RELGER/RELESP
RELATÓRIO DE SITUAÇÃO GERAL/ESPECIAL

(Origem em Entidades Operacionais – ponto de situação regular de envio periódico definido) - página 5/5

13. OUTRAS INFORMAÇÕES	
Povoações em perigo/isoladas	
Habitações em Perigo	
Resumo das ocorrências	
Outros: _____	

14. OUTRAS INFORMAÇÕES	
Meios aéreos (especificar)	
Meios terrestres (especificar)	
Telecomunicações	
Logística (especificar)	
Combustíveis	
Alojamento	
Alimentação/Água	
Outros: _____	

15. RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO RELATÓRIO	
Assinatura do Responsável:	

3.1.3 Relatório Diário de Situação (REDIS)

REDIS
RELATÓRIO DIÁRIO DE SITUAÇÃO

(Origem no PCO – ponto de situação de envio diário – por norma às 22H00) - página 1/7

1. OCORRÊNCIA

Município:	*Vila do Porto*		
N.º Relatório:	**PCO:**		
Data: _____/_____/_____		**Hora:**	_____:_____
Natureza:			
Localização (freguesia/local):			
Área afetada:			

2. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA

3. DANOS PESSOAIS

Mortos:		**Desaparecidos:**	
Feridos graves:		**Feridos Ligeiros**	
Desalojados:		**Deslocados:**	
Evacuados:		**Soterrados:**	
ANEXO A: *Lista identificativa de vítimas envolvidas*			

REDIS
RELATÓRIO DIÁRIO DE SITUAÇÃO

(Origem no PCO – ponto de situação de envio diário – por norma às 22H00) - página 2/7

4. DANOS NO EDIFICADO / INFRAESTRUTURAS

TIPO	DANOS		
	Ligeiros	Graves	Colapsados
Habitações			
Escolas			
Unidades Hoteleiras			
Unidades de Saúde			
Instalações Policiais			
Instalações Militares			
Quartéis de Bombeiros			
Monumentos			
Mercados/Supermercados			
Igrejas/Locais de Culto			
Lares/Infantários			
Unidades Industriais			
Edifícios Públicos			
Portos			
Aeroportos			
Outros: _____			
ANEXO B: *Lista identificativa de edifícios/infraestruturas afetadas*			

5. DANOS EM VIAS DE COMUNICAÇÃO

VIAS	DANOS		
	Ligeiros	Graves	Destruídos
Rede Viária			
Pontes/Viadutos/Túneis			
Muros de Suporte			
Outros: _____			
ANEXO C: *Lista identificativa de vias de comunicação afetadas*			

6. DANOS EM TRANSPORTES/MAQUINARIA

TRANSPORTES	DANOS		
	Danos Ligeiros	Danos Graves	Inoperacionais
Rodoviários			
Aeronaves			
Maquinaria			
Embarcações			
Veículos Particulares			
Outros: _____			
ANEXO D: *Lista identificativa de transportes/maquinaria afetadas*			

REDIS
RELATÓRIO DIÁRIO DE SITUAÇÃO

(Origem no PCO – ponto de situação de envio diário – por norma às 22H00) - página 3/7

7. DANOS EM INFRAESTRUTURAS BÁSICAS

REDE	DANOS		
	Ligeiros	Graves	Inoperacionais
Eletricidade			
Água			
Saneamento			
Telefónica fixa			
Telefónica móvel			
Teledifusão			
Radiodifusão			
Internet			
Satélite			
Outros: _____			

ANEXO E: *Lista identificativa de redes afetadas*

8. ABASTECIMENTOS (ALIMENTAÇÃO, COMBUSTIVEIS, VESTUÁRIO, ETC…)

9. AMBIENTE (ACIDENTES DE POLUIÇÃO, DERRAMES, CONTAMINAÇÕES, ETC…)

REDIS
RELATÓRIO DIÁRIO DE SITUAÇÃO

(Origem no PCO – ponto de situação de envio diário – por norma às 22H00) - página 4/7

10. SAÚDE PÚBLICA

UNIDADE DE SAÚDE			
Unidade de Saúde	**Atendidos c/ alta**	**Internados**	**Transferidos**

POSTO MÉDICO AVANÇADO / DE TRIAGEM / DE SOCORRO			
Estrutura / Local	**Atendidos c/ alta**	**Internados**	**Transferidos**

AMBULÂNCIAS			
Entidades	**Medicalizáveis**	**Socorro**	**Transporte**

EVACUAÇÃO MÉDICA ESPECIAL			
Entidades	**Atendidos c/ alta**	**Internados**	**Transferidos**

11. INFORMAÇÃO METEOROLÓGICA

Dados	Observada	Prevista
Vento (direção/velocidade):		
Temperatura:		
Humidade relativa:		
Precipitação:		

12. MEIOS ENVOVIDOS NAS OPERAÇÕES EM CURSO

Entidades	Operacionais	Veículos	Meios Aéreos	Outros

REDIS
RELATÓRIO DIÁRIO DE SITUAÇÃO

(Origem no PCO – ponto de situação de envio diário – por norma às 22H00) - página 5/7

13. OCORRÊNCIAS ESPECIAIS COM OS MEIOS DE SOCORRO

13.1. Agentes de Proteção Civil

13.2. Outros Organismos e Entidades de Apoio

14. REDES DE COMUNICAÇÕES

14.1. Proteção Civil

14.2. Bombeiros

14.3. Outros Agentes de Proteção Civil

14.4. Outros Organismos e Entidades de Apoio

REDIS
RELATÓRIO DIÁRIO DE SITUAÇÃO

(Origem no PCO – ponto de situação de envio diário – por norma às 22H00) - página 6/7

15. COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

GDH Convocação:	
GDH Inicio da Reunião:	
Entidades Participantes:	
Medidas Tomadas:	

16. DECLARAÇÃO DA SITUAÇÃO DE ALERTA

Concelho:	*Vila do Porto*
Entidade Responsável:	
GDH Inicio:	
GDH Fim:	
Descrição da Situação:	

17. PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL

GDH Ativação:	
Descrição da Situação:	
Critério de Ativação:	
GDH Desativação:	

18. COMUNICAÇÃO SOCIAL

Divulgação de notícias da situação de emergência
Colaboração nas ações de informação pública

REDIS
RELATÓRIO DIÁRIO DE SITUAÇÃO

(Origem no PCO – ponto de situação de envio diário – por norma às 22H00) - página 7/7

19. CUSTO ESTIMADO DAS OPERAÇÕES DE SOCORRO (EM €)

Designação	Custo
Operacionais/Pessoal:	
Artigos consumidos:	
Combustível e lubrificantes:	
Grandes reparações:	
Telecomunicações:	
Outros encargos operacionais:	

20. OBSERVAÇÕES

Avalização	Observações/Comentários
Comunicações:	
Gestão de informação operacional:	
Sistema de aviso e alerta:	
Convocação da CMPC:	
Ativação do PMEPC:	
Sistema de Proteção Civil:	
Estrutura organizacional das operações:	
Informação pública:	
Outros: _____	

21. ANEXOS (Identificar os anexos incluídos)

22. RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO RELATÓRIO/PCO

Assinatura do Responsável:	

3.1.4 Relatório Final

RELATÓRIO FINAL DE EMERGÊNCIA

(Origem na CMPC – a elaborar terminadas todas as operações) - página 1/8

1. OCORRÊNCIA		
Município:	*Vila do Porto*	
N.º Relatório:		
Data: _____/_____/_____		**Hora:** _____:_____
Localização (freguesia/local):		
Tipo/Natureza da ocorrência:		

2. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA

Causa		Observações/Comentários
Acidentes em instalações de combustíveis, óleos e lubrificantes		
Acidentes graves aéreos		
Acidentes graves marítimos		
Acidentes graves rodoviários		
Acidentes no transporte de mercadorias perigosas		
Cheias e Inundações		
Ciclones e Tempestades		
Colapso de cavidades subterrâneas naturais		
Colapso de túneis, pontes e outras infraestruturas		
Galgamentos costeiros		
Incêndios em edifícios		
Incêndios florestais		
Movimentos de massa em vertentes		
Precipitação intensa		
Sismos		
Outro: _____		

RELATÓRIO FINAL DE EMERGÊNCIA

(Origem na CMPC – a elaborar terminadas todas as operações) - página 2/8

3. MEIOS INTERVENIENTES NAS OPERAÇÕES

Entidade	N.º de Operacionais	N.º de Veículos	Outros Meios
TOTAL:			

4. EFICÁCIA DOS MEIOS DE RESPOSTA

Entidade	Eficácia					Observações
	Muito boa	Boa	Satisfatória	Pouco eficiente	Nada eficiente	

5. POSTO DE COMANDO OPERACIONAL

Localização do PCP		
Apoio técnico no PCO	**Entidade**	**Nome**
Responsável pelo PCO	**Entidade**	**Nome**

RELATÓRIO FINAL DE EMERGÊNCIA

(Origem na CMPC – a elaborar terminadas todas as operações) - página 3/8

6. DANOS HUMANOS

População		Feridos		Mortos	Evacuados	Desalojados	Desaparecidos
		Ligeiros	Graves				
Feminino	Crianças (0-12anos)						
	Jovens (12-18 anos)						
	Adultos (18-65 anos)						
	Idosos (>65 anos)						
Masculino	Crianças (0-12anos)						
	Jovens (12-18 anos)						
	Adultos (18-65 anos)						
	Idosos (>65 anos)						
TOTAL:							

7. DANOS NO EDIFICADO/INFRAESTRUTURAS

TIPO	DANOS		
	Ligeiros	Graves	Colapsados
Habitações			
Escolas			
Unidades Hoteleiras			
Unidades de Saúde			
Instalações Policiais			
Instalações Militares			
Quartéis de Bombeiros			
Monumentos			
Mercados/Supermercados			
Igrejas/Locais de Culto			
Lares/Infantários			
Unidades Industriais			
Edifícios Públicos			
Portos			
Aeroportos			
Outros: _____			
TOTAL:			

RELATÓRIO FINAL DE EMERGÊNCIA

(Origem na CMPC – a elaborar terminadas todas as operações) - página 4/8

8. DANOS EM VIAS DE COMUNICAÇÃO

VIAS	DANOS		
	Ligeiros	Graves	Destruídos
Estradas Regionais			
Estradas Municipais			
Caminhos Municipais			
Caminhos Florestais			
Pontes/Viadutos/Túneis			
Muros de Suporte			
Outros: _____			
Outros: _____			

9. DANOS EM TRANSPORTES/MAQUINARIA

TRANSPORTES	DANOS		
	Ligeiros	Graves	Inoperacionais
Rodoviários			
Aeronaves			
Maquinaria			
Embarcações			
Veículos Particulares			
Outros: _____			
Outros: _____			

10. DANOS EM INFRAESTRUTURAS BÁSICAS

REDE	DANOS		
	Ligeiros	Graves	Inoperacionais
Eletricidade			
Água			
Saneamento			
Telefónica fixa			
Telefónica móvel			
Teledifusão			
Radiodifusão			
Internet			
Satélite			
Outros: _____			
Outros: _____			

RELATÓRIO FINAL DE EMERGÊNCIA

(Origem na CMPC – a elaborar terminadas todas as operações) - página 5/8

11. DANOS EM REDES DE COMUNICAÇÃO

REDE	DANOS		
	Ligeiros	Graves	Inoperacional
Serviço de telefone fixo			
Serviço de telefone móvel			
Serviço de telefax			
RITERRA			
CMVP			
Radioamadores			
Internet			
Outros: _____			
Outros: _____			

12. DANOS AMBIENTAIS

TIPO DE AFETAÇÃO	Quantidade (ha, km, n.º)	Local	Observações
Rede hídrica			
Espaços Florestais			
Fauna			
Flora			
Outros: _____			
Outros: _____			

13. ASSISTÊNCIA FORNECIDA À POPULAÇÃO

TIPO DE ASSISTÊNCIA	Quantidade	Requerida por	Fornecida por	Observações
Assistência médica				
Evacuação médica				
Unidade de saúde				
Postos médicos avançados				
Postos de triagem				
Alimentação/água				
Alojamentos/abrigos				
Vestuário				
Apoio psicológico				
Apoio social				
Outros: _____				
Outros: _____				
Outros: _____				

RELATÓRIO FINAL DE EMERGÊNCIA

(Origem na CMPC – a elaborar terminadas todas as operações) - página 6/8

14. REALOJAMENTO

Local de Alojamento	Número	Local de Alojamento	Número
TOTAL:		**TOTAL:**	

15. APRECIAÇÃO GLOBAL DAS OPERAÇÕES E DA ORGANIZAÇÃO

Descrição	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Constrangimentos
Coordenação Institucional			
Comando Operacional			
Articulação entre APC e OEA			
Articulação entre Áreas de Intervenção			
Comunicações			
Logística			
Gestão de Informação			
Ordem Pública			
Evacuação			
Outros: _____			
Outros: _____			

16. AÇÕES DE REABILITAÇÃO

REALIZADAS (breve descrição)

PREVISTAS (breve descrição)

RELATÓRIO FINAL DE EMERGÊNCIA

(Origem na CMPC – a elaborar terminadas todas as operações) - página 7/8

17. ESTIMATIVA DE CUSTO DAS OPERAÇÕES (EM €)

Designação	Custo
Operacionais/Pessoal	
Equipamentos	
Combustíveis de lubrificantes	
Reparações	
Telecomunicações	
Outros: _____	
TOTAL:	

18. COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

GDH Convocação:	
GDH Inicio da Reunião:	
Entidades Participantes:	
Medidas Tomadas:	

19. DECLARAÇÃO DA SITUAÇÃO DE ALERTA

Concelho:	*Vila do Porto*
Entidade Responsável:	
GDH Inicio:	
GDH Fim:	
Descrição da Situação:	

20. PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL

GDH Ativação:	
Descrição da Situação:	
Critério de Ativação:	
GDH Desativação:	

RELATÓRIO FINAL DE EMERGÊNCIA

(Origem na CMPC – a elaborar terminadas todas as operações) - página 8/8

21. COMENTÁRIOS FINAIS

(Nota: sempre que possível, deverão ser anexas fotografias comprovativas dos danos provocados.)

22. ANEXOS

(Identificar os anexos incluídos, comunicados, requisições etc…)

23. RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO RELATÓRIO

Assinatura do Responsável:	

3.2 Modelo de Requisição

REQUISIÇÃO DE EMERGÊNCIA

Página 1/1

Requisição N.º:	_____ /_____
Data:	_____ / _____ / _____
Hora:	_____ : _____
Entidades Requisitante:	

PRODUTO/EQUIPAMENTO/SERVIÇO

Especificação	Quantidade	Código (se existir)

FINALIDADE DA REQUISIÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DO REQUISITANTE RESPONSÁVEL

Assinatura do Responsável:	

3.3 Modelo de Comunicados

3.3.1 Aviso à População

AVISO À POPULAÇÃO

(Origem na CMPC – para divulgação púbica) - página 1/1

Aviso N.º:	_____ /20___		
Data:	_____ / _____ / _____	**Hora:**	_____ : _____

OCORRÊNCIA (indicar tipo de ocorrência)

No seguimento da informação recebida de (*indicar a entidade*) _____ o Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC) de Vila do Porto, informa que (*indicar período/previsões expectáveis*):

_____
_____
_____
_____

O SMPC de Vila do Porto continua a acompanhar a situação em conjunto com o SRPCBA, sendo emitidos novos comunicados sempre que oportuno.

EFEITOS EXPECTÁVEIS

Face à situação acima descrita, poderão ocorrer os seguintes efeitos (*indicar os efeitos expectáveis, de acordo com a ocorrência*):

_____
_____
_____

MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO

O SMPC de Vila do Porto recorda que os efeitos desta ocorrência podem ser minimizados, com a adoção de comportamentos de autoproteção para estas situações, nomeadamente (*recomendar medidas de autoproteção*):

_____
_____
_____
_____
_____
_____

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE RESPONSÁVEL

Assinatura do Responsável:	

3.3.2 Nota Informativa/Ponto de Situação

NOTA INFORMATIVA/PONTO DE SITUAÇÃO

(Origem na CMPC – para divulgação pública) - página 1/2

Comunicado N.º:	_____ /20___		
Data:	_____ / _____ / _____	**Hora:**	_____ : _____
Local:			
Natureza da Ocorrência:			

EFEITOS DA OCORRÊNCIA (indicar número de vítimas ou danos materiais)

MEIOS EMPRENHADOS NO TERRENO (indicar APC e OEA intervenientes nas operações, veículos, equipamentos, etc)	
MEIOS HUMANOS	MEIOS MATERIAIS

ORIENTAÇÕES À POPULAÇÃO	
Locais de Acesso Interdito	
Locais de Acesso Restrito	
Zonas de Concentração e Apoio à População (ZCAP)	

NOTA INFORMATIVA/PONTO DE SITUAÇÃO

(Origem na CMPC – para divulgação pública) - página 2/2

MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO (indicar medidas, regras de evacuação ou confinamento de acordo com a ocorrência)

PREVISÃO DA EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO

PRÓXIMO COMUNICADO	
GDH (dd/mm/aaaa – hh:mm)	

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE RESPONSÁVEL	
Responsável	
GDH (dd/mm/aaaa – hh:mm)	

3.3.3 Declaração de Situação de Alerta de Âmbito Municipal

DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO DE ALERTA MUNICIPAL

(Origem na CMPC/CMVP – para divulgação pública) - página 1/3

Declaração N.º:	_____ /20___		
Data:	_____ / _____ / _____	**Hora:**	_____ : _____

NATUREZA DO EVENTO

Na sequência da ocorrência (ou na iminência) de (*indicar situação de acidente grave ou catástrofe*): _____ causando (*indicar efeitos*):

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

é declarada a situação de alerta, pelo Presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto, nos termos do disposto no n.º 1, do artigo 13.º da Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, na redação conferida pela Lei n.º 80/2015, de 03 de agosto)

ÂMBITO TERRITORIAL E TEMPORAL

A presente declaração da situação de alerta tem uma abrangência territorial de (indicar freguesias ou concelho): _____ e produz efeitos imediatos, sendo válida por um período estimado de (indicar o número de dias/horas) _____ a contar da data de assinatura, sem prejuízo de prorrogação na medida do que a evolução da situação concreta o justificar.

ACIONAMENTO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL (CMPC)

Para os efeitos do disposto no artigo 14.º da Lei n.º 27/2006 (com as alterações introduzidas pela Lei n.º 80/2015, de 03 de agosto), foi acionada a estrutura de coordenação política e institucional (CMPC de Vila do Porto), a qual assegura a articulação de todos os agentes, entidades e instituições envolvidas nas operações de proteção e socorro e avalia a necessidade de ativação do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Vila do Porto (PMEPCVP).

ESTRUTURAS DE COORDENAÇÃO E CONTROLO DOS MEIOS E RECURSOS

A Estrutura de Coordenação e Controlo na situação de alerta declarada é a CMPC de Vila do Porto, a qual recorrerá aos meios disponíveis e previstos no PMEPCVP. Em cada teatro de operações, o comando operacional será assumido pelo Comandante das Operações de Socorro (COS), o qual se articulará com a CMPC através dos mecanismos previstos no PMEPCVP.

DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO DE ALERTA MUNICIPAL

(Origem na CMPC/CMVP – para divulgação pública) - página 2/3

MEDIDAS A ADOTAR

Os procedimentos a utilizar para a coordenação técnica e operacional dos serviços e agentes de proteção civil, bem como dos recursos a utilizar, são os previstos no PMEPCVP.

ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS

A Estrutura de Coordenação e Controlo deverá elaborar relatórios, sobre o grau de implementação das medidas preventivas e/ou especiais de reação, de acordo com a seguinte tipologia: (colocar uma X de acordo com os relatórios a produzir)

___ - Relatório Imediato de Situação (RELIS);

___ - Relatório de Situação Geral ou Especial (RELGER/RELESP);

___ - Relatório Diário de Situação (REDIS).

Os relatórios seguem o modelo previsto no PMEPCVP.

DEVERES DE COLABORAÇÃO

No âmbito do disposto no artigo 6.º, da Lei n.º 27/2006 (na redação dada pela Lei n.º 80/2015, de 03 de agosto), é obrigatório o cumprimento das disposições decorrentes da emissão desta declaração da situação de alerta por parte de:

a) Cidadãos e demais entidades privadas que têm o dever de colaborar na prossecução dos fins da proteção civil, observando as disposições preventivas das leis e regulamentos, acatando ordens, instruções e conselhos dos órgãos e agentes responsáveis pela segurança interna e pela proteção civil e satisfazendo prontamente as solicitações que justificadamente lhes sejam feitas pelas entidades competentes;

b) Funcionários e agentes do Estado e das pessoas coletivas de direito público, bem como dos membros dos órgãos de gestão das empresas públicas, que têm o dever especial de colaboração com os organismos de proteção civil;

c) Responsáveis pela administração, direção ou chefia de empresas privadas cuja laboração, pela natureza da sua atividade, esteja sujeita a qualquer forma específica de licenciamento têm, igualmente, o dever especial de colaboração com os órgãos e agentes de proteção civil.

A desobediência e resistência às ordens legítimas das entidades competentes, quando praticadas na vigência e no âmbito da situação de alerta declarada, são sancionadas nos termos da lei penal e as respetivas penas são sempre agravadas em um terço, nos seus limites mínimo e máximo.

A violação do previsto nas alíneas b) e c) implica, consoante os casos, responsabilidade criminal e disciplinar, nos termos da lei.

Nos termos do n.º 1, do artigo 11.º, da Lei n.º 27/2006, todos os cidadãos e demais entidades privadas, estão obrigados, na área abrangida pela presente declaração, a prestar às autoridades de proteção civil, a colaboração pessoal que lhes for requerida, respeitando as ordens e orientações que lhes forem dirigidas e correspondendo às respetivas solicitações.

DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO DE ALERTA MUNICIPAL

(Origem na CMPC/CMVP – para divulgação pública) - página 3/3

OBRIGAÇÃO ESPECIAL DE COLABORAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Nos termos do n.º 4, do artigo 14.º, da Lei n.º 80/2015, de 03 de agosto, a presente declaração da situação de alerta determina a obrigação especial de colaboração dos meios de comunicação social, em particular das rádios e das televisões, com a Estrutura de Coordenação prevista no âmbito desta declaração, visando a divulgação de informações relevantes relativas à situação.

PUBLICAÇÃO

A presente declaração, bem como a sua prorrogação, alteração ou revogação, é publicada por Edital a ser afixado nos lugares de estilo. Será também assegurada a sua divulgação nas plataformas de comunicação do município de Vila do Porto.

_____, _____, de _____, de _____

O Presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto,

_____

3.3.4 Ativação do PMEPCVP

ATIVAÇÃO DO PMEPC DE VILA DO PORTO

(Origem na CMPC – para divulgação pública) - página 1/1

Comunicado N.º:	_____ /20___		
Data:	_____ / _____ / _____	**Hora:**	_____ : _____

ATIVAÇÃO DO PMEPCVP

Na sequência da ocorrência (ou na iminência) de (*indicar situação de acidente grave ou catástrofe*): _____ causando (*indicar efeitos*):

_____

_____

_____

é ativado o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Vila do Porto (PMEPCVP), pela Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC) de Vila do Porto, em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 40.º da Lei n.º 27/2006, de 3 de julho (na redação dada pela Lei n.º 80/2015, de 3 de agosto), e no n.º 3 do artigo 3.º da Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro.

PUBLICITAÇÃO DA ATIVAÇÃO DO PMEPCVP

A publicitação da ativação do PMEPCVP será efetuada através de um comunicado escrito, a emitir pela CMPC, o qual será difundido através dos seguintes meios de divulgação:

1. ___ Sítio da Câmara Municipal de Vila do Porto;
2. ___ Órgãos de Comunicação Social;
3. ___ Redes Sociais;
4. ___ Editais;
5. ___ Mensagens SMS;
6. ___ Outros.

ORIENTAÇÕES À POPULAÇÃO

PUBLICAÇÃO

O presente comunicado é publicado por Edital a ser afixado nos lugares de estilo. Será também assegurada a sua divulgação nas plataformas de comunicação do município de Vila do Porto.

_____, _____, de _____, de _____

O Presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto,

_____

3.3.5 Desativação do PMEPCVP

DESATIVAÇÃO DO PMEPC DE VILA DO PORTO

(Origem na CMPC – para divulgação pública) - página 1/1

Comunicado N.º:	_____ /20___		
Data:	_____ / _____ / _____	**Hora:**	_____ : _____

DESATIVAÇÃO DO PMEPCVP

Pela Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC) de Vila do Porto, é desativado o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Vila do Porto (PMEPCVP), em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 40.º da Lei n.º 27/2006, de 3 de julho (na redação dada pela Lei n.º 80/2015, de 3 de agosto), e no n.º 3 do artigo 3.º da Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro.

PUBLICITAÇÃO DA DESATIVAÇÃO DO PMEPCVP

A publicitação da desativação do PMEPCVP será efetuada através de um comunicado escrito, a emitir pela CMPC, o qual será difundido através dos seguintes meios de divulgação:

1. ___ Sítio da Câmara Municipal de Vila do Porto;
2. ___ Órgãos de Comunicação Social;
3. ___ Redes Sociais;
4. ___ Editais;
5. ___ Mensagens SMS;
6. ___ Outros.

PUBLICAÇÃO

O presente comunicado é publicado por Edital a ser afixado nos lugares de estilo. Será também assegurada a sua divulgação nas plataformas de comunicação do município de Vila do Porto.

_____, _____, de _____, de _____

O Presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto,

_____

4. LISTA DE DISTRIBUIÇÃO

N.º	ENTIDADE	RESPONSÁVEL	DATA DE RECEÇÃO	VERSÃO DO PLANO
1	Câmara Municipal de Vila do Porto			Versão 3.0
2	Serviço Municipal de Proteção Civil			Versão 3.0
3	Corpo dos Bombeiros Voluntários de Santa Maria			Versão 3.0
4	Polícia de Segurança Pública de Vila do Porto			Versão 3.0
5	Guarda Nacional Republicana - Posto T. Vila do Porto			Versão 3.0
6	Destacamento Militar do Reg. Guarnição N. º2 - SMA			Versão 3.0
7	Autoridade Marítima de Vila do Porto			Versão 3.0
8	Comando Local da Polícia Marítima de Vila do Porto			Versão 3.0
9	Unidade de Saúde da Ilha de Santa Maria			Versão 3.0
10	Autoridade de Saúde Local			Versão 3.0
11	ISSA – Núcleo Ação Social			Versão 3.0
12	Direção Regional de Habitação			Versão 3.0
13	Junta de Freguesia Almagreira			Versão 3.0
14	Junta de Freguesia Santa Bárbara			Versão 3.0
15	Junta de Freguesia Santo Espírito			Versão 3.0
16	Junta de Freguesia São Pedro			Versão 3.0
17	Junta de Freguesia Vila do Porto			Versão 3.0
18	SROPC – Delegação de Santa Maria			Versão 3.0
19	SRADR – Serviço Florestal de Santa Maria			Versão 3.0
20	SRADR – Serviço Agrário de Santa Maria			Versão 3.0
21	SRAAC – Serviço de Ambiente de Santa Maria			Versão 3.0
22	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras			Versão 3.0
23	Associação Mariense de Radioamadores			Versão 3.0
24	Escola Básica e Secundária de Santa Maria			Versão 3.0
25	Agrupamento 294 do Corpo Nacional de Escuteiros			Versão 3.0
26	Santa Casa da Misericórdia de Santa Maria			Versão 3.0
27	EDA – Eletricidade dos Açores			Versão 3.0
28	Altice/MEO			Versão 3.0
29	Portos dos Açores			Versão 3.0
30	ViNCI – ANA Aeroportos			Versão 3.0
31	NAV – Portugal			Versão 3.0
32	Transportes TSM			Versão 3.0
33	Associação Humanitária dos BVSM			Versão 3.0
34	SRPCBA			Versão 3.0
35				
36				
37				
38				

PMEPCVP

ANEXOS

INDICE RÁPIDO

I. Cartografa de suporte às operações **Página 52**	II. Programa de prevenção e mitigação de riscos **Página 65**	III. Check-list de procedimentos **Página 77**	IV. Fita de Tempo **Página 79**	V. Registo de acessos **Página 81**	V. Comunicação via rádio **Página 83**

ANEXO I

Cartografia de Suporte às Operações de Emergência de Proteção Civil

1. **Localização de Infraestruturas e Edifícios Públicos**
2. **Carta de Uso do Solo**
3. **Avaliação de Risco Sísmico – Mapa de Risco**
4. **Avaliação de Risco Sísmico – Mapa de Risco vs População**
5. **Avaliação de Risco Sísmico – Mapa de Vulnerabilidade da Rede Viária**
6. **Avaliação de Risco de Inundação Repentina por Precipitação Intensa - Mapa de Risco vs População**
7. **Avaliação de Risco de Inundação Repentina por Precipitação Intensa - Mapa de Risco vs Rede Viária**
8. **Avaliação de Risco de Inundação Repentina por Sismo - Mapa de Risco vs População**
9. **Avaliação de Risco de Tsunami e Tempestade - Mapa de Risco vs População**
10. **Avaliação de Risco de Deslizamento por Sismo - Mapa de Risco vs População**
11. **Avaliação de Risco de Erosão – Mapa de Erosão Solo**
12. **Avaliação de Risco de Erosão Costeira – Mapa de Risco de Erosão Costeira**

1.

Glide Number: (N/A)

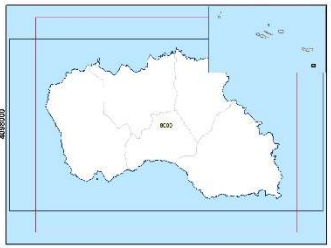
Activation ID: EMSN-018
Product N.: 08SANTAMARIA, v1, English

Santa Maria - Portugal

Multiple Natural Hazard Risk Assessment - 2015

Reference Map - Overview

Production date: 22/12/2015



Cartographic Information

1:25.000

Full color A1, high resolution (300dpi)

0 0,3 0,6 1,2 1,8 2,4 Km

Grid: WGS 1984 Zone 26 N map coordinate system
Tick marks: WGS 84 geographical coordinate system

N

Legend

Map Information

The purpose of the requested mapping is to provide comprehensive knowledge of the potential impact on Azores islands (PT) of different natural disasters, including earthquakes, floods, volcanic eruptions, landslides, soil erosion, tsunamis and storm surges, and coastal erosion.

The analyses aims to identify assets at risk, focusing on population, infrastructure and the environment to allow informed decision making to take place concerning the planning and recovery activities of the involved stakeholders. To this end, specific risk mitigation measures are proposed, along with the specification of critical first response information.

The key users of the map series are the Regional (Azores, Portugal) Authorities: (1) Direção Regional Obras Públicas e Comunicações, (2) Serviço Regional de Protecção civil e bombeiros dos Açores, and (3) CIVISA: Centro de Informação e Vigilância Sismovulcânica dos Açores.

Data Sources

Inset maps based on:
WorldView-2 mosaic © DigitalGlobe (acquired on 2014/08/17, GSD 0.5 m, ~7% cloud cover

Reference Imagery: Regional Orthophotography © Direção Regional das Obras Públicas e Comunicações dos Açores (year of aerial photography acquisition: 2003,2004), GSD 0.5 m, scale 1:10000

Reference Vector layers: Road Network: primary source is the OSM duly updated/ digitized, from the satellite images. Buildings: Footprints digitized from the satellite images, Administrative units (CAOP 2010) © Direção Geral do território (PT). Census Data – Census Blocks geometry and information (2011) © Instituto Nacional de Estatística (PT), Elevation data and Land Cover/ Use Data (duly updated/ned on the basis of the satellite data photo interpretation): primary source © Direção Regional das Obras Públicas e Comunicações dos Açores

The data provided is subject to the terms outlined in the arrangements concerning access to authoritative geospatial reference data for Copernicus emergency management service.

Dissemination/Publication

The products (maps) are available through the EMS Copernicus Portal at the following URL: http://emergency.eu/mapping/list-of/components/018.
Delivery formats are GeoTIFF, GeoPDF, GeoJPEG and vectors (shapefile and KML formats).
No restrictions on the publication of the mapping apply.

Framework

The products elaborated in the framework of the current Risk and Recovery mapping activation are realised to the best of our ability. All geographic information has limitations due to scale, resolution, date and interpretation of the original data sources. The products are compliant with the Copernicus EMS Risk and Recovery Product Portfolio specifications.

Map Production

The map shows background information of the Azores islands with relevance to physiography, transportation infrastructure, built up areas, Commercial, Public & Private Services as well as Industry and Utilities.
All satellite images have been radiometrically enhanced and georeferenced using using the reference orthophotos.
The estimated geometric accuracy of the image is 2.5 m or better, from native positional accuracy of the background satellite image, compliant with JRC requirements for 1:10.000 cartography.
The estimated thematic accuracy of this product is 85% or better, based on internal validation procedures and visual interpretation of recognizable items on very high resolution optical imagery.

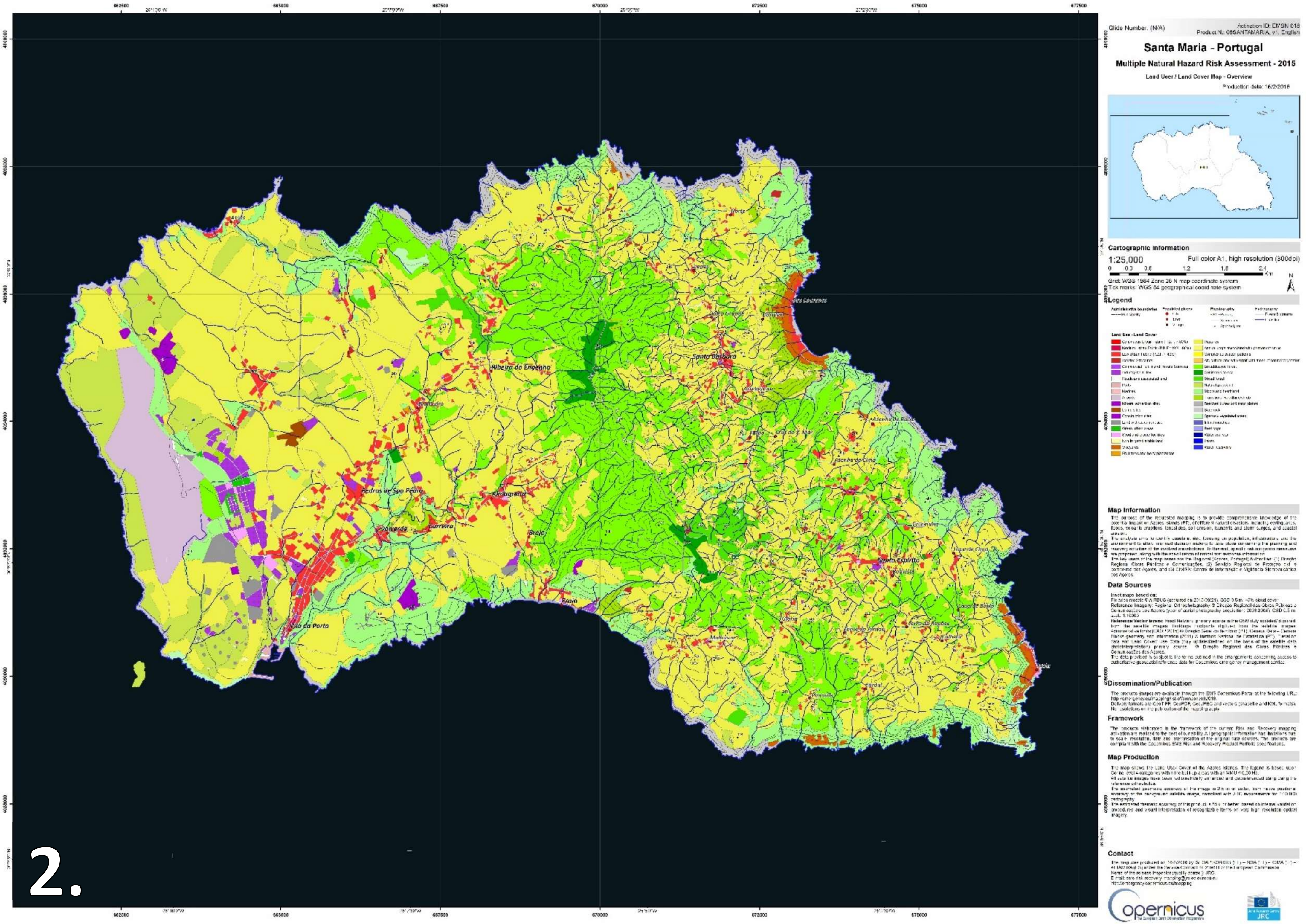
Contact

The map was produced on 22/12/2015 by GEOAPIKONISIS (EL) – NOA (EL) – CIMA (IT) – ALTAMIRA (ES) under the Service Contract nr. 259811 of the European Commission.
Name of the release inspector (quality control): JRC.
E-mail: ems-risk-recovery-mapping@jrc.ec.europa.eu
http://emergency.copernicus.eu/mapping

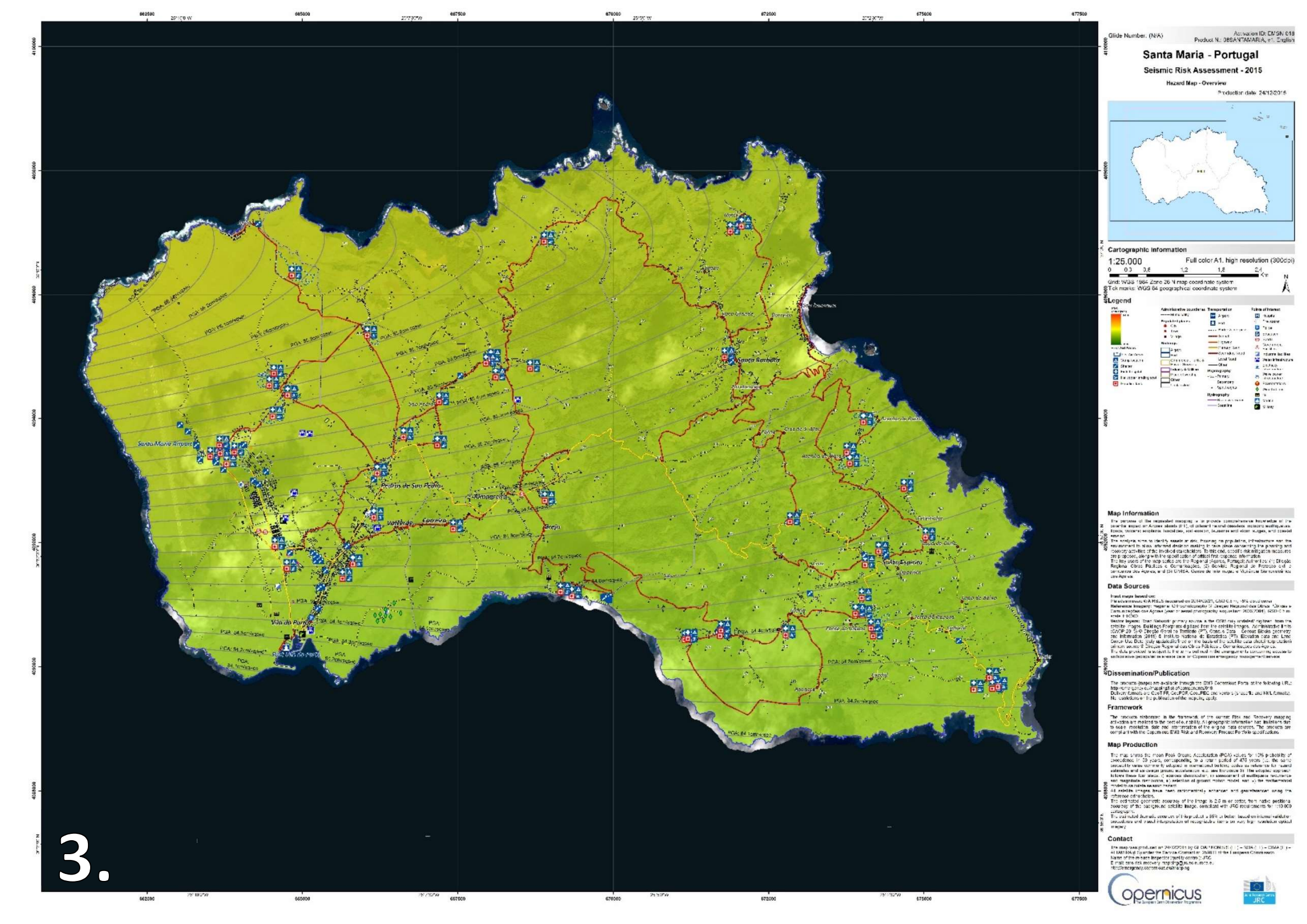
Copernicus
The European Earth Observation Programme

JRC

2.



Glide Number: (N/A)
Activation ID: EMSN 018
Product N.: 09SANTAMARIA, v1, English
Santa Maria - Portugal
Multiple Natural Hazard Risk Assessment - 2015
Land User / Land Cover Map - Overview
Production date: 16/2/2016
Cartographic Information
1:25,000
Full color A1, high resolution (300dpi)
Legend
Map Information
Data Sources
Dissemination/Publication
Framework
Map Production
Contact
Ribeira do Engenho
Santa Bárbara
Pedras de São Pedro
Almagreira
Vila do Porto
Valverde
Brejo
Praia
Santo Espírito
Anjos
opernicus
JRC


Glide Number: (N/A)
Activation ID: EMSN 018
Product N.: 08SANTAMARIA, v1, English
Santa Maria - Portugal
Seismic Risk Assessment - 2015
Hazard Map - Overview
Production date: 24/12/2015
Cartographic Information
1:25.000
Full color A1, high resolution (300dpi)
0 0,3 0,6 1,2 1,8 2,4 Km
Grid: WGS 1984 Zone 26 N map coordinate system
Tick marks: WGS 84 geographical coordinate system
N
Legend
Map Information
Data Sources
Dissemination/Publication
Framework
Map Production
Contact
Copernicus
JRC
Santa Maria Airport
Vila do Porto
Almagreira
Breja
Santa Barbara
3.

4.

Glide Number: (N/A)
Product N.: 08SANTAMARIA, v1, English
Santa Maria - Portugal
Seismic Risk Assessment - 2015
Population at Risk Map - Overview
Cartographic Information
1:25.000
Full color A1, high resolution (300dpi)
0 0.3 0.6 1,2 1,8 2,4
Km
Grid: WGS 1984 Zone 26 N map coordinate system
Tick marks: WGS 84 geographical coordinate system
N
Legend
Map Information
Data Sources
Dissemination/Publication
Framework
Map Production
Contact
copernicus
JRC

Glide Number: (N/A)

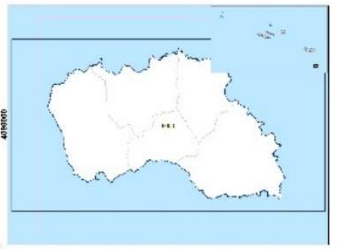
Activation ID: EMSN 016
Product N.: 38SANTAMARIA_v1_English

Santa Maria - Portugal

Seismic Risk Assessment - 2015

Transportation Networks Vulnerability Map - Overview

Production date: 22/12/2015



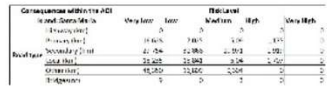
Cartographic Information

1:25.000 — Full color A1, high resolution (300dpi)

0 0,3 0,6 1,2 1,8 2,4 Km

Grid: WGS 1984 Zone 26 N map coordinate system
Tick marks: WGS 84 geographical coordinate system

Legend



Map Information

The purpose of the requested mapping is to provide comprehensive information of the seismic impact on Azores islands (PT), at different natural disasters and risks modelling scenarios, considering earthquakes, soil effects, tsunamis and other triggers and coastal impacts.

The analysis aims to identify assets at risk, focusing on population, infrastructure and the environment to allow informed decision making in risk areas concerning the planning and operating activities of the involved stakeholders. To this end, scenario risk mitigation measures are proposed, along with the specification of critical risk exposed information.

The key users of the risk outputs are the Regional Agency, Portugal Active Risk (1) Direção Regional Civil Protection e Control Hospital, (2) Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, and (3) DHSA, Centro de Informação e Vigilância Sismovulcânica dos Açores.

Data Sources

Base maps layout on:
The adopted basemap is ESRI's World Topographic Map (Sources: Esri, HERE, DeLorme, MapmyIndia, © OpenStreetMap contributors, and the GIS User Community).
Reference Imagery: Regional Civil Protection of Azores Regional Geo Portal "Ortofoto e Cartas Temáticas" (Year of aerial photography acquisition: 2008, 2009, 2010) © 0.5 m resolution.
Vector layers: Base Network primary sources at the CDAS was updated segment from the existing Regional Buildings Footprints digitized from the existing Imagery. Administrative Units (CAOP 2013) © Direção Geral do Território (PT), Portugal Data - Census Blocks geometry and information (2011) © Instituto Nacional de Estatística (PT), Elevation data and Land Cover Use Data, Italy updated/edit on the basis of the satellite data photo interpretation of high accuracy © Direção Regional de Cartografia e Sistemas de Informação dos Açores.
The data provided is subject to the terms outlined in the arrangement concerning access to and use of personal information data for Copernicus emergency management service.

Dissemination/Publication

The products (maps) are available through the EMS Copernicus Portal at the following URL: http://emergency.copernicus.eu/mapping/list-of-components/016
Delivery formats are: GeoTIFF, GeoPDF, GeoJPEG and, where applicable, ESRI shapefile and KML formats.
No restrictions in the publication of the mapping apply.

Framework

The products elaborated in the framework of the current Risk and Recovery mapping activation are related to the spatial variability of geographic information has limitations due to scale, resolution, date and interpretation of the original data sources. The products are compliant with the Copernicus EMS Risk and Recovery Product Portfolio specifications.

Map Production

The map shows the vulnerability of the transportation network. The estimation of vulnerability is obtained through an index based on the capacity of each segment and on the residents who live on each side of the street. The variables are then classified in five of the consequence (low, low, medium, high, very high).
All available images have been mosaicked, reflectance and georeferenced using the reference orthophoto.
The estimated geometric accuracy of the image is 2.5 m or better, from ratios positional accuracy of the orthophoto and satellite image, compliant with ASPRS requirements for 1:10.000 cartography.
The estimated thematic accuracy of this product is 85% or better, based on internal validation procedures and visual interpretation of recognizable items on very high resolution optical images.
The statistical table included in the map shows the length of the roads present in the area of interest vulnerability levels.

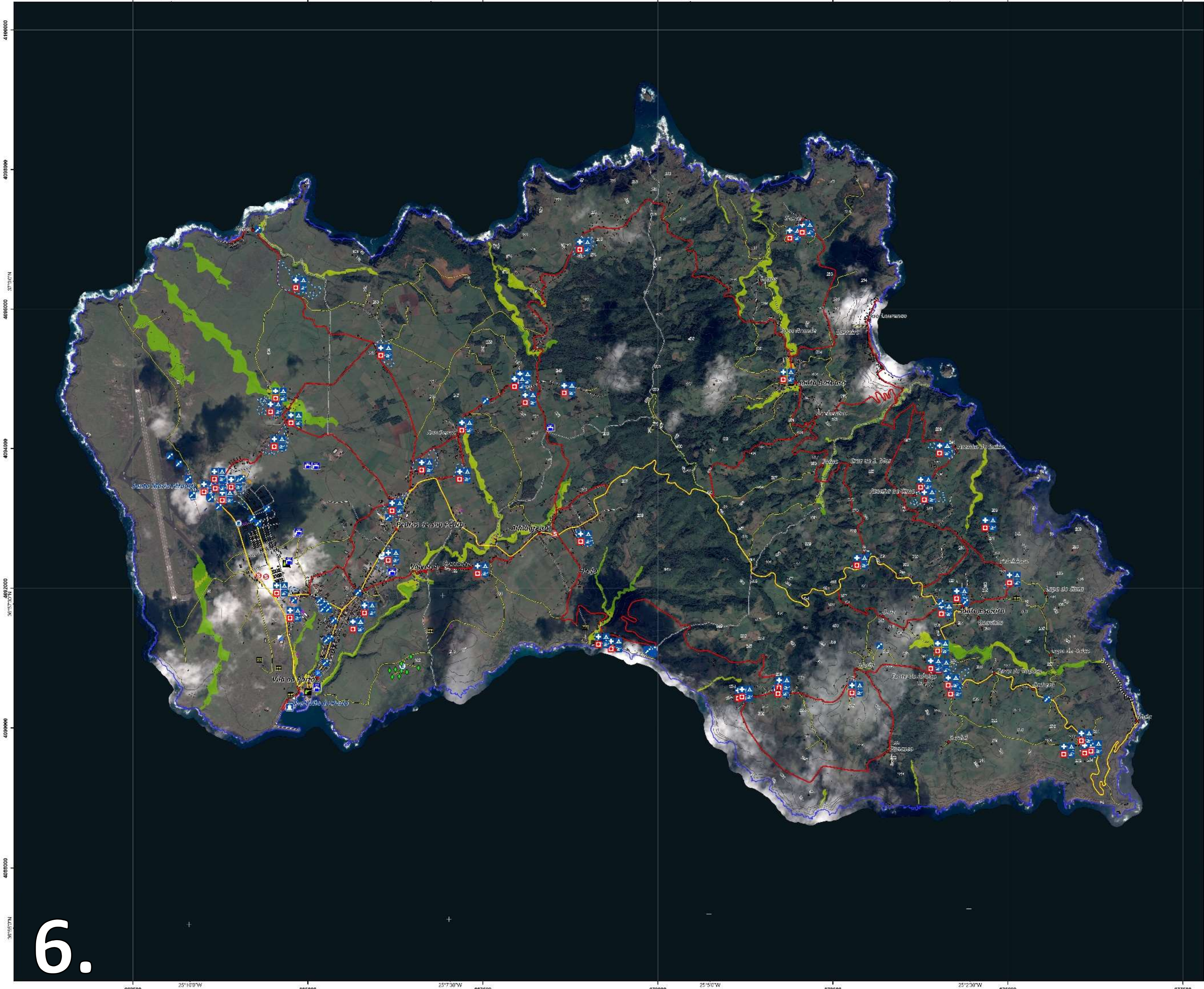
Contact

The map was produced on 22/12/2015 by GAF (MONACO) – TOMA – EMSA in accordance to the Service Contract n° 358611 of the European Commission.
Name of the expert responsible for the mapping: JRC
E-mail: ems-recovery-mapping@jrc.ec.europa.eu
http://emergency.copernicus.eu/mapping

Copernicus — The European Earth Observation Programme

JRC

5.



Glide Number: (N/A)

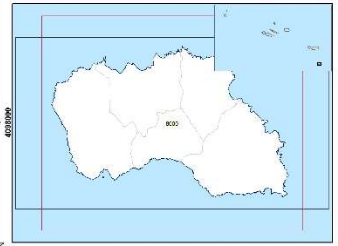
Activation ID: EMSN-018
Product N.: 08SANTAMARIA, v1, English

Santa Maria - Portugal

Earthquake Flash Flood Risk Assessment - 2015

Population at Risk Map - Overview

Production date: 10/2/2016



Cartographic Information

1:25,000 — Full color A1, high resolution (300dpi)

0 0.3 0.6 1.2 1.8 2.4 Km

N

Grid: WGS 1984 Zone 26 N map coordinate system
Tick marks: WGS 84 geographical coordinate system

Legend

Risk Level: Very Low, Low, Medium, High, Very High

Administrative boundaries: Municipality

Populated places: City, Town, Village

Transportation: Airport, Port, Bridge & overpass, Tunnel, Highway

Points of Interest: Hospital, Fire station, Police, Education, Sports

First Aid Areas: Shelter, Field hospitals, Helicopter landing spot, Casualties tank

Buildings: Industry & Utilities, Place of worship, Other, Unclassified

Physiography: Primary, Secondary, Spot heights

Hydrography: Rivers & streams, Coastline

Wave power infrastructure, Power stations, Wind turbines, Oil, Marina, Military

Consequences within the AOI Island: Santa Maria	Risk Level				
	Very Low	Low	Medium	High	Very High
Population (inhabitants)	79	191	93		
Area of Built-up areas (hectares)	0,086	0,015	0,002		

Map Information

The purpose of the requested mapping is to provide comprehensive knowledge of the potential impact on Azores islands (PT), of different natural disasters, including earthquakes, floods, volcanic eruptions, landslides, soil erosion, tsunamis and storm surges, and coastal erosion.
The analysis aims to identify assets at risk, focusing on population, infrastructure and the environment to allow informed decision making to take place concerning the planning and recovery activities of the involved stakeholders. To this end, specific risk mitigation measures are proposed, along with the specification of critical first response information.
The key users of the map series are the Regional (Açores, Portugal) Authorities: (1) Direção Regional Obras Públicas e Comunicações, (2) Serviço Regional de Proteção civil e bombeiros dos Açores, and (3) CIVISA, Centro de Informação e Vigilância Sismovulcânica dos Açores.

Data Sources

Inset maps based on:
Pleiades mosaic © AIRBUS (acquired on 2015/09/21), GSD 0.5 m, ~5% cloud cover.
Reference Imagery: Regional Orthophotography © Direção Regional das Obras Públicas e Comunicações dos Açores (year of aerial photography acquisition: 2003,2004), GSD 0.5 m, scale 1:10000
Vector layers: Road Network: primary source is the OSM duly updated/ digitized, from the satellite images, Buildings Footprints digitized from the satellite images, Administrative limits (CAOP 2015) © Direção Geral do Território (PT). Census Data – Census Blocks geometry and information (2011) © Instituto National de Estatistica (PT). Elevation data and Land Cover/ Use Data (duly updated/refined on the basis of the satellite data photointerpretation) primary source © Direção Regional das Obras Públicas e Comunicações dos Açores.
The data provided is subject to the terms outlined in the arrangements concerning access to authoritative geospatial reference data for Copernicus emergency management service.

Dissemination/Publication

The products (maps) are available through the EMS Copernicus Portal at the following URL: http://emergency.eu/mapping/list-of/components/018.
Delivery formats are GeoTIFF, GeoPDF, GeoJPEG and vectors (shapefile and KML formats).
No restrictions on the publication of the mapping apply.

Framework

The products elaborated in the framework of the current Risk and Recovery mapping activation are realised to the best of our ability. All geographic information has limitations due to scale, resolution, date and interpretation of the original data sources. The products are compliant with the Copernicus EMS Risk and Recovery Product Portfolio specifications.

Map Production

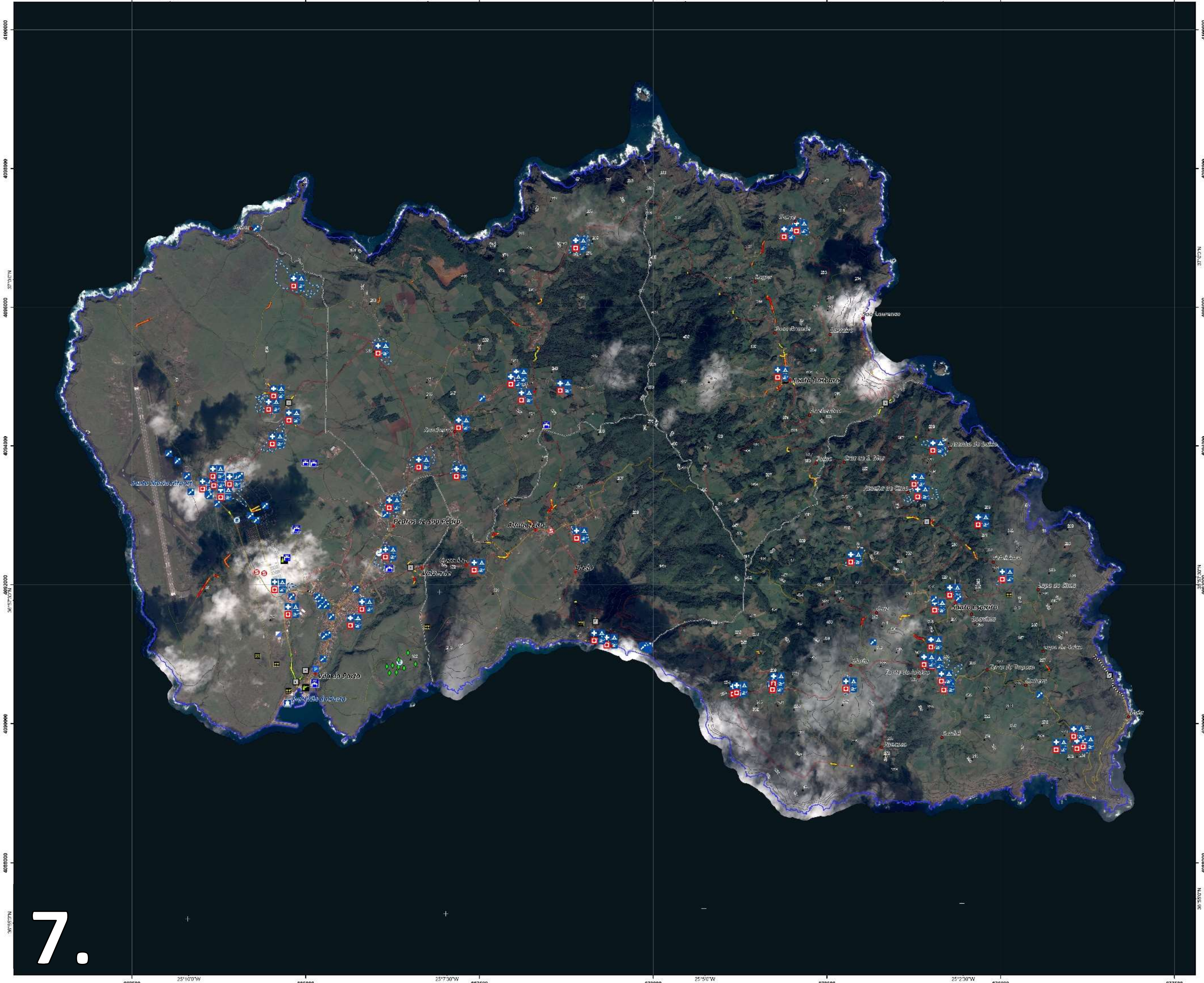
The map shows the secondary flash flood risk assessment for the Population due to the blocking of rivers due to landslides triggered by earthquakes.
The risk assessment has been determined as follows.
The Hazard is based on the hazard map for landslides triggered by earthquakes intersected with the river network.
The exposure is defined on the basis of population density, pop. categories exposed, building density and building typology in terms of number of floors (data provided per census block) and land cover in the areas are located inside a flood susceptible area. To each category a specific level of vulnerability is assigned and combined to obtain an overall level of vulnerability for the population. The risk level is mapped combining hazard and vulnerability through specific lookup tables.
All satellite images were provided, already orthorectified by ESA. The estimated geometric accuracy of the image is 2.5 m, from native positional accuracy of the background satellite image, compliant with JRC requirements for 1:10,000 cartography.
The estimated thematic accuracy of this product is 85% or better, based on internal validation procedures and visual interpretation of recognizable items on very high resolution optical imagery.
The statistical table included in this map shows the number of people and the built-up area at risk, for different risk levels and per island.

Contact

The map was produced on 10/2/2016 by GEOAPIKONISIS (EL) – NOA (EL) – CIMA (IT) – ALTAMIRA (ES) under the Service Contract nr. 259811 of the European Commission.
Name of the release inspector (quality control): JRC
E-mail: ems-risk-recovery-mapping@jrc.ec.europa.eu
http://emergency.copernicus.eu/mapping

Copernicus — The European Earth Observation Programme

Joint Research Centre JRC



7.

Glide Number: (N/A)

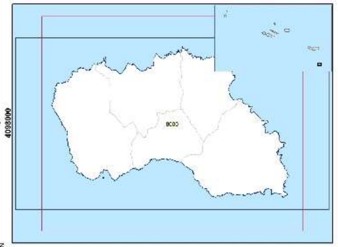
Activation ID: EMSN-018
Product N.: 08SANTAMARIA, v1, English

Santa Maria - Portugal

Heavy Rainfall Flash Flood Risk Assessment - 2015

Assets and Trans. Networks at Risk Map - Overview

Production date: 10/2/2016



Cartographic Information

1:25,000

Full color A1, high resolution (300dpi)

0 0.3 0.6 1.2 1.8 2.4 Km

Grid: WGS 1984 Zone 26 N map coordinate system
Tick marks: WGS 84 geographical coordinate system

Legend

Map Information

The purpose of the requested mapping is to provide comprehensive knowledge of the potential impact on Azores islands (PT), of different natural disasters, including earthquakes, floods, volcanic eruptions, landslides, soil erosion, tsunamis and storm surges, and coastal erosion.

The analysis aims to identify assets at risk, focusing on population, infrastructure and the environment to allow informed decision making to take place concerning the planning and recovery activities of the involved stakeholders. To this end, specific risk mitigation measures are proposed, along with the specification of critical first response information.

The key users of the map series are the Regional (Açores, Portugal) Authorities: (1) Direção Regional Obras Públicas e Comunicações, (2) Serviço Regional de Proteção civil e bombeiros dos Açores, and (3) CIVISA: Centro de Informação e Vigilância Sismovulcânica dos Açores.

Data Sources

Inset maps based on:
Pleiades mosaic © AIRBUS (acquired on 2015/09/21), GSD 0.5 m, ~5% cloud cover
Reference Imagery: Regional Orthophotography © Direção Regional das Obras Públicas e Comunicações dos Açores (year of aerial photography acquisition: 2003,2004), GSD 0.5 m, scale 1:10000
Vector layers: Road Network, primary source is the OSM duly updated/ digitized, from the satellite images, Buildings Footprints digitized from the satellite images, Administrative limits (CAOP 2015) © Direção Geral do Território (PT), Census Data – Census Blocks geometry and information (2011) © Instituto National de Estatística (PT). Elevation data and Land Cover/ Use Data (duly updated/refined on the basis of the satellite data photointerpretation) primary source © Direção Regional das Obras Públicas e Comunicações dos Açores.
The data provided is subject to the terms outlined in the arrangements concerning access to authoritative geospatial reference data for Copernicus emergency management service.

Dissemination/Publication

The products (maps) are available through the EMS Copernicus Portal at the following URL: http://emergency.eu/mapping/list-of/components/018.
Delivery formats are GeoTIFF, GeoPDF, GeoJPEG and vectors (shapefile and KML formats).
No restrictions on the publication of the mapping apply.

Framework

The products elaborated in the framework of the current Risk and Recovery mapping activation are realised to the best of our ability. All geographic information has limitations due to scale, resolution, date and interpretation of the original data sources. The products are compliant with the Copernicus EMS Risk and Recovery Product Portfolio specifications.

Map Production

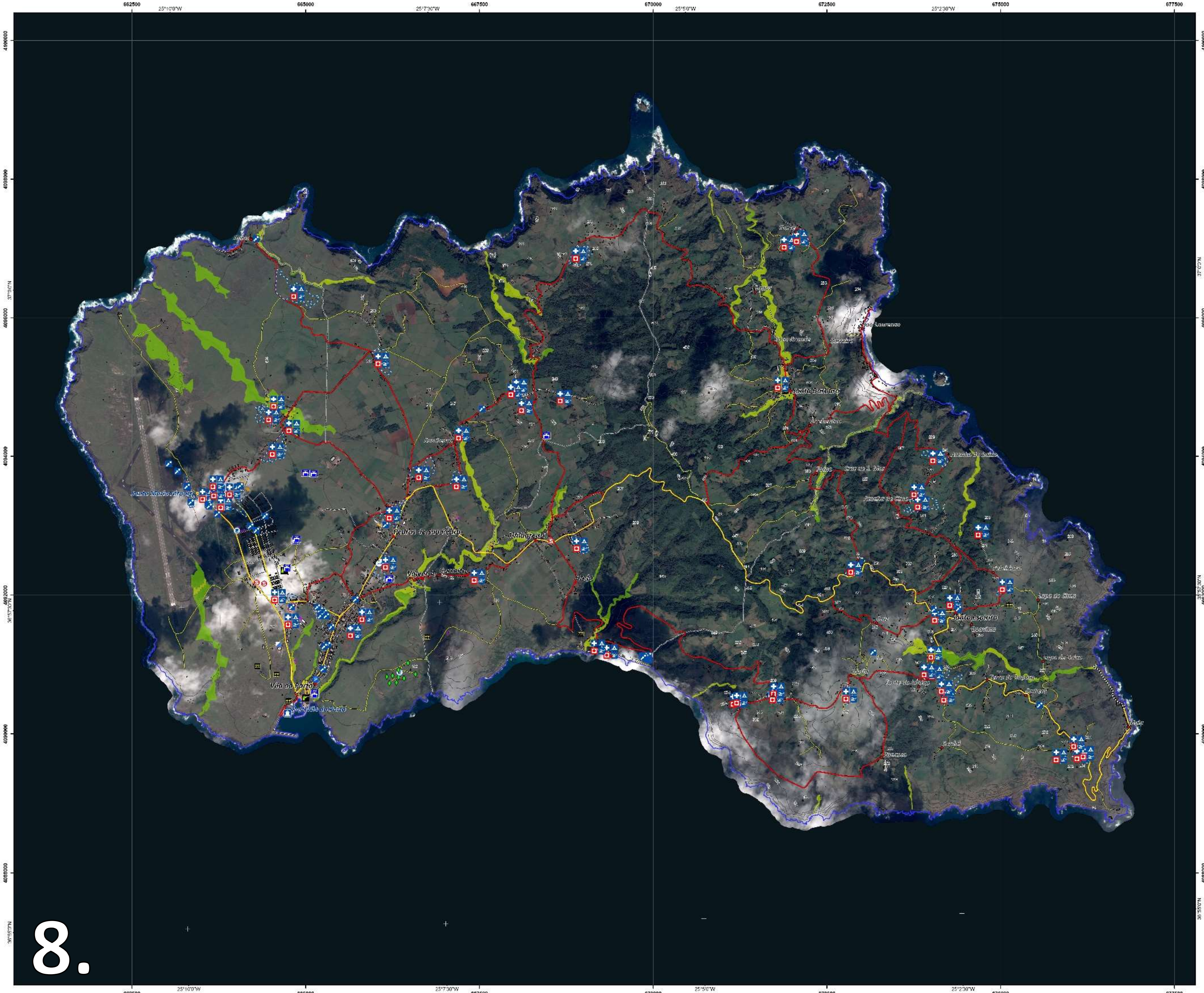
The map shows the flash flood risk assessment for the Road Network and for the Environmental Assets and relative mitigation measures. The risk assessment has been determined as follows:
The Hazard is based on the calculation of the Flood Susceptibility Index calculated from the 5 m DEM according to Manfreda, et al. 2014. Flood-Prone Areas Assessment Using Linear Binary Classifiers based on Morphological Indices. In Vulnerability, Uncertainty, and Risk Quantification @, Mitigation, and Management (pp. 2002-2011). ASCE. The exposure for roads is defined on the basis of road category. To each category a specific level of vulnerability is assigned. The exposure for Environmental assets is defined on the basis of Asset Category in the areas are located inside a flood susceptible area. To each category a specific level of vulnerability is assigned. The risk level is mapped combining hazard and vulnerability through specific lookup tables. Mitigation measures are defined in terms level of risk for bridges and river crossings.
All satellite images were provided, already orthorectified by ESA. The estimated geometric accuracy of the image is 2.5 m. from native positional accuracy of the background satellite image, compliant with JRC requirements for 1:10,000 cartography.
The estimated thematic accuracy of this product is 85% or better, based on internal validation procedures and visual interpretation of recognizable items on very high resolution optical imagery.
The statistical table included in this map shows the length (km) of roads exposed to different risk levels per road type per island and the Environmental assets ,exposed to different risk level per type.

Contact

The map was produced on 10/2/2016 by GEOAPIKONISIS (EL) – NOA (EL) – CIMA (IT) – ALTAMIRA (ES) under the Service Contract nr. 259811 of the European Commission.
Name of the release inspector (quality control): JRC
E-mail: ems-risk-recovery-mapping@jrc.ec.europa.eu
http://emergency.copernicus.eu/mapping

Copernicus – The European Earth Observation Programme

Joint Research Centre JRC



8.

Glide Number: (N/A)

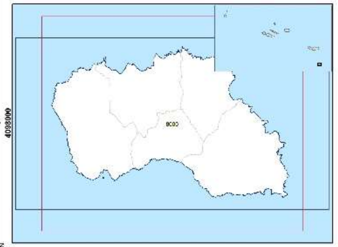
Activation ID: EMSN-018
Product N.: 08SANTAMARIA, v1, English

Santa Maria - Portugal

Earthquake Flash Flood Risk Assessment - 2015

Population at Risk Map - Overview

Production date: 10/2/2016



Cartographic Information

1:25,000 — Full color A1, high resolution (300dpi)

0 0.3 0.6 1.2 1.8 2.4 Km

Grid: WGS 1984 Zone 26 N map coordinate system
Tick marks: WGS 84 geographical coordinate system

Legend

Risk Level: Very Low; Low; Medium; High; Very High

Administrative boundaries: Municipality

Populated places: City; Town; Village

Transportation: Airport; Port; Bridge & overpass; Tunnel

Physiography: Primary; Secondary; Spot heights

Hydrography: Rivers & streams; Coastline

Points of Interest: Fire station; Police; Sports; Wave power infrastructure; Power stations; Wind turbines; Military

Consequences within the AOI Island: Santa Maria	Risk Level				
	Very Low	Low	Medium	High	Very High
Population (Inhabitants)	79	141	33		
Area of Built-up areas (hectares)	0,086	0,015	0,002		

Map Information

The purpose of the requested mapping is to provide comprehensive knowledge of the potential impact on Azores islands (PT), of different natural disasters, including earthquakes, floods, volcanic eruptions, landslides, soil erosion, tsunamis and storm surges, and coastal erosion.

The analysis aims to identify assets at risk, focusing on population, infrastructure and the environment to allow informed decision making to take place concerning the planning and recovery activities of the involved stakeholders. To this end, specific risk mitigation measures are proposed, along with the specification of critical first response information.

The key users of the map series are the Regional (Açores, Portugal) Authorities: (1) Direção Regional Obras Públicas e Comunicações, (2) Serviço Regional de Proteção civil e bombeiros dos Açores, and (3) CIVISA: Centro de Informação e Vigilância Sismovulcânica dos Açores.

Data Sources

Inset maps based on:
Pleiades mosaic © AIRBUS (acquired on 2015/09/21), GSD 0.5 m, ~5% cloud cover.
Reference Imagery: Regional Orthophotography © Direção Regional das Obras Públicas e Comunicações dos Açores (year of aerial photography acquisition: 2003,2004), GSD 0.5 m, scale 1:10000.
Vector layers: Road Network: primary source is the OSM duly updated/ digitized, from the satellite images, Buildings Footprints digitized from the satellite images, Administrative limits (CAOP 2015) © Direção Geral do Território (PT). Census Data – Census Blocks geometry and information (2011) © Instituto National de Estatistica (PT). Elevation data and Land Cover/ Use Data (duly updated/refined on the basis of the satellite data photointerpretation) primary source © Direção Regional das Obras Públicas e Comunicações dos Açores.
The data provided is subject to the terms outlined in the arrangements concerning access to authoritative geospatial reference data for Copernicus emergency management service.

Dissemination/Publication

The products (maps) are available through the EMS Copernicus Portal at the following URL: http://emergency.eu/mapping/list-of/components/018.
Delivery formats are GeoTIFF, GeoPDF, GeoJPEG and vectors (shapefile and KML formats).
No restrictions on the publication of the mapping apply.

Framework

The products elaborated in the framework of the current Risk and Recovery mapping activation are realised to the best of our ability. All geographic information has limitations due to scale, resolution, date and interpretation of the original data sources. The products are compliant with the Copernicus EMS Risk and Recovery Product Portfolio specifications.

Map Production

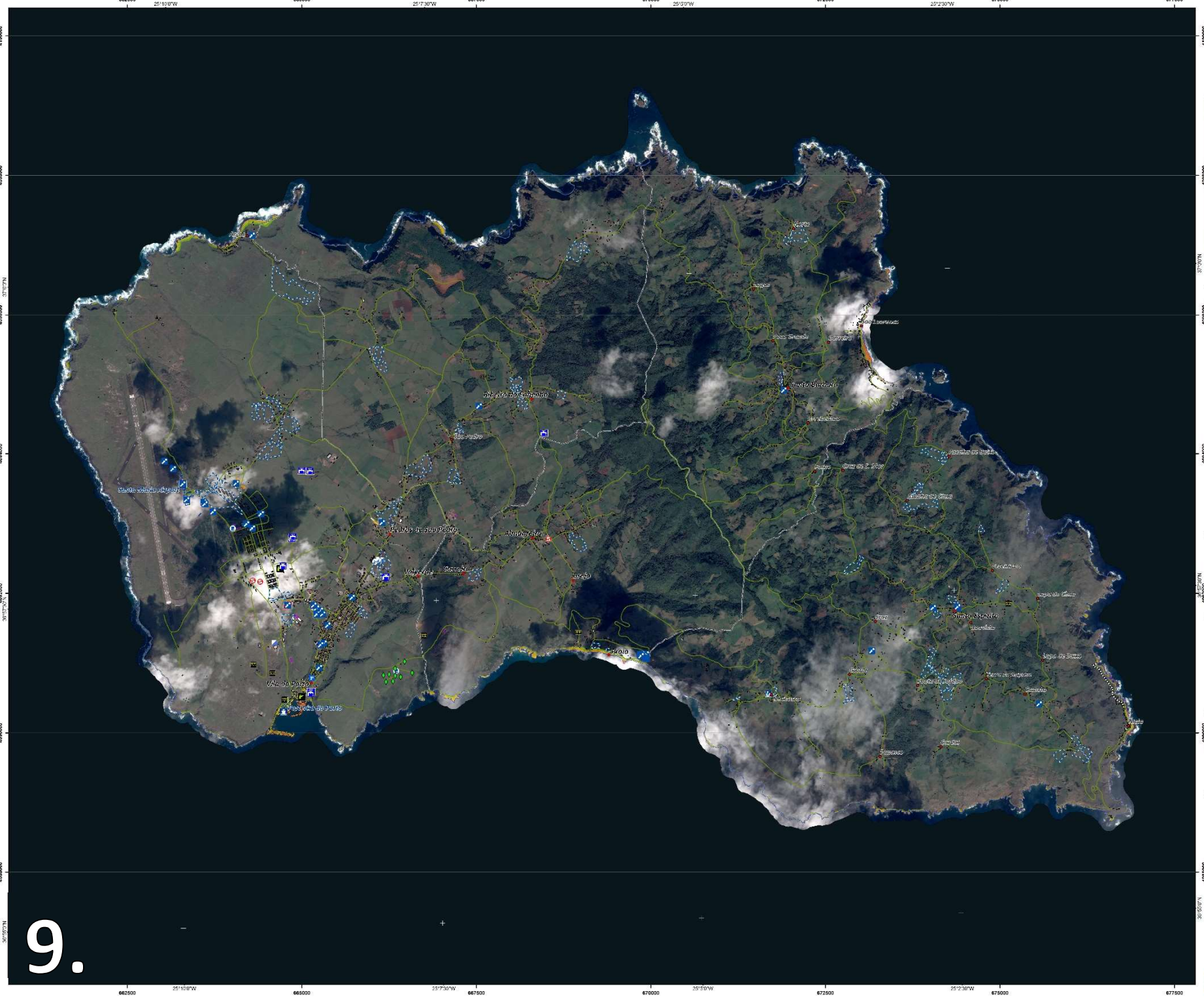
The map shows the secondary flash flood risk assessment for the Population due to the blocking of rivers due to landslides triggered by earthquakes.
The risk assessment has been determined as follows.
The Hazard is based on the hazard map for landslides triggered by earthquakes intersected with the river network.
The exposure is defined on the basis of population density, pop. categories exposed, building density and building typology in terms of number of floors (data provided per census block) and land cover in the areas are located inside a flood susceptible area. To each category a specific level of vulnerability is assigned and combined to obtain an overall level of vulnerability for the population. The risk level is mapped combining hazard and vulnerability through specific lookup tables.
All satellite images were provided, already orthorectified by ESA. The estimated geometric accuracy of the image is 2.5 m, from native positional accuracy of the background satellite image, compliant with JRC requirements for 1:10,000 cartography.
The estimated thematic accuracy of this product is 85% or better, based on internal validation procedures and visual interpretation of recognizable items on very high resolution optical imagery.
The statistical table included in this map shows the number of people and the built-up area at risk, for different risk levels and per island.

Contact

The map was produced on 10/2/2016 by GEOAPIKONISIS (EL) – NOA (EL) – CIMA (IT) – ALTAMIRA (ES) under the Service Contract nr. 259811 of the European Commission.
Name of the release inspector (quality control): JRC.
E-mail: ems-risk-recovery-mapping@jrc.ec.europa.eu
http://emergency.copernicus.eu/mapping

Copernicus — The European Earth Observation Programme

Joint Research Centre JRC



Glide Number: (N/A)

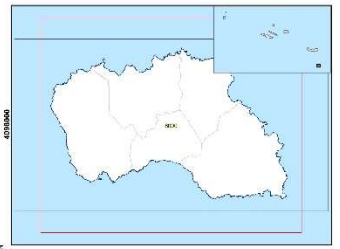
Activation ID: EMSN-016
Product N.: 08SANTAMARIA, v1, English

Santa Maria - Portugal

Tsunami & Storm Surge Risk Assessment - 2015

Population at Risk Map - Overview

Production date: 22/12/2015



Cartographic Information

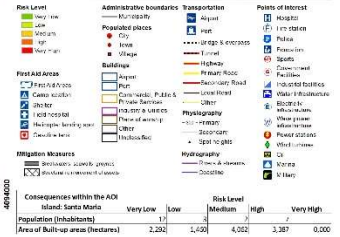
1:25.000

Full color A1, high resolution (300dpi)

0 0,3 0,6 1,2 1,8 2,4 Km

Grid: WGS 1984 Zone 26 N map coordinate system
Tick marks: WGS 84 geographical coordinate system

Legend



Consequences within the AOI

Island: Santa Maria	Risk Level: Very Low	Low	Medium	High	Very High
Population (Inhabitants)	17	4	7	7	0
Area of Built-up areas (Hectares)	2,292	1,400	4,002	3,387	0,000

Map Information

The purpose of the requested mapping is to provide comprehensive knowledge of the potential impact on Azores islands (PT), of different natural disasters, including earthquakes, floods, volcanic eruptions, landslides, soil erosion, tsunamis and storm surges, and coastal erosion.
The analysis aims to identify assets at risk, focusing on population, infrastructure and the environment to allow informed decision making to take place concerning the planning and recovery activities of the involved stakeholders. To this end, specific risk mitigation measures are proposed, along with the specification of critical first response information.
The key users of the map series are the Regional (Azores, Portugal) Authorities: (1) Direção Regional Obras Públicas e Comunicações, (2) Serviço Regional de Proteção civil e bombeiros dos Açores, and (3) CIVISA: Centro de Informação e Vigilância Sismovulcânica dos Açores.

Data Sources

Inset maps based on:
WorldView-2 mosaic © DigitalGlobe (acquired on 2014/08/17, GSD 0.5 m, ~7% cloud cover
Reference Imagery: Regional Orthophotography © Direção Regional das Obras Públicas e Comunicações dos Açores (year of aerial photography acquisition: 2003,2004), GSD 0.5 m, scale 1:10000
Vector layers: Road Network: primary source is the OSM duly updated/ digitized, from the satellite images. Buildings Footprints digitized from the satellite images. Administrative limits (CAOP 2015) © Direção Geral do Território (PT). Census Data – Census Blocks geometry and information (2011) © Instituto Nacional de Estatística (PT). Elevation data and Land Cover Use Data (duly updated/edited on the basis of the satellite data photointerpretation) primary source © Direção Regional das Obras Públicas e Comunicações dos Açores.
The data provided is subject to the terms outlined in the arrangements concerning access to authoritative geospatial reference data for Copernicus emergency management service.

Dissemination/Publication

The products (maps) are available through the EMS Copernicus Portal at the following URL: http://emergency.eu/mapping/list-of/components/915.
Delivery formats are GeoTIFF, GeoTIFF, GeoJPEG and vectors (shapefile and KML formats).
No restrictions on the publication of the mapping apply.

Framework

The products elaborated in the framework of the current Risk and Recovery mapping activation are realised to the best of our ability. All geographic information has limitations due to scale, resolution, date and interpretation of the original data sources. The products are compliant with the Copernicus EMS Risk and Recovery Product Portfolio specifications.

Map Production

The map shows the combined assessment of Tsunami and Storm surge risk. The Tsunami hazard severity was expressed as the maximum wave height, H, along coastal zones and then mapped in sequential coastal segments of constant length. The hazard assessment has been determined by (i) the selection of tsunami sources based on the tsunami history of the area, (ii) the determination of fault parameters for those seismic sources, (iii) the numerical simulation of the most prevalent scenarios. The maximum wave height due to storm surge events was additionally assessed. The inland water propagation characteristics were determined by applying the appropriate hydraulic models for the tsunami & Storm surge hazards considering the maximum wave height, the geomorphology and the hydraulic roughness, in order to estimate the affected inland areas and calculate the local water depth.
All satellite images have been radiometrically enhanced and georeferenced using the reference orthophotos.
The estimated geometric accuracy of the image is 2.5 m or better, from native positional accuracy of the background satellite image, compliant with JRC requirements for 1:10,000 cartography.
The estimated thematic accuracy of this product is 85% or better, based on internal validation procedures and visual interpretation of recognizable items on very high resolution optical imagery.
The statistical table included in the map shows the population affected at various Risk

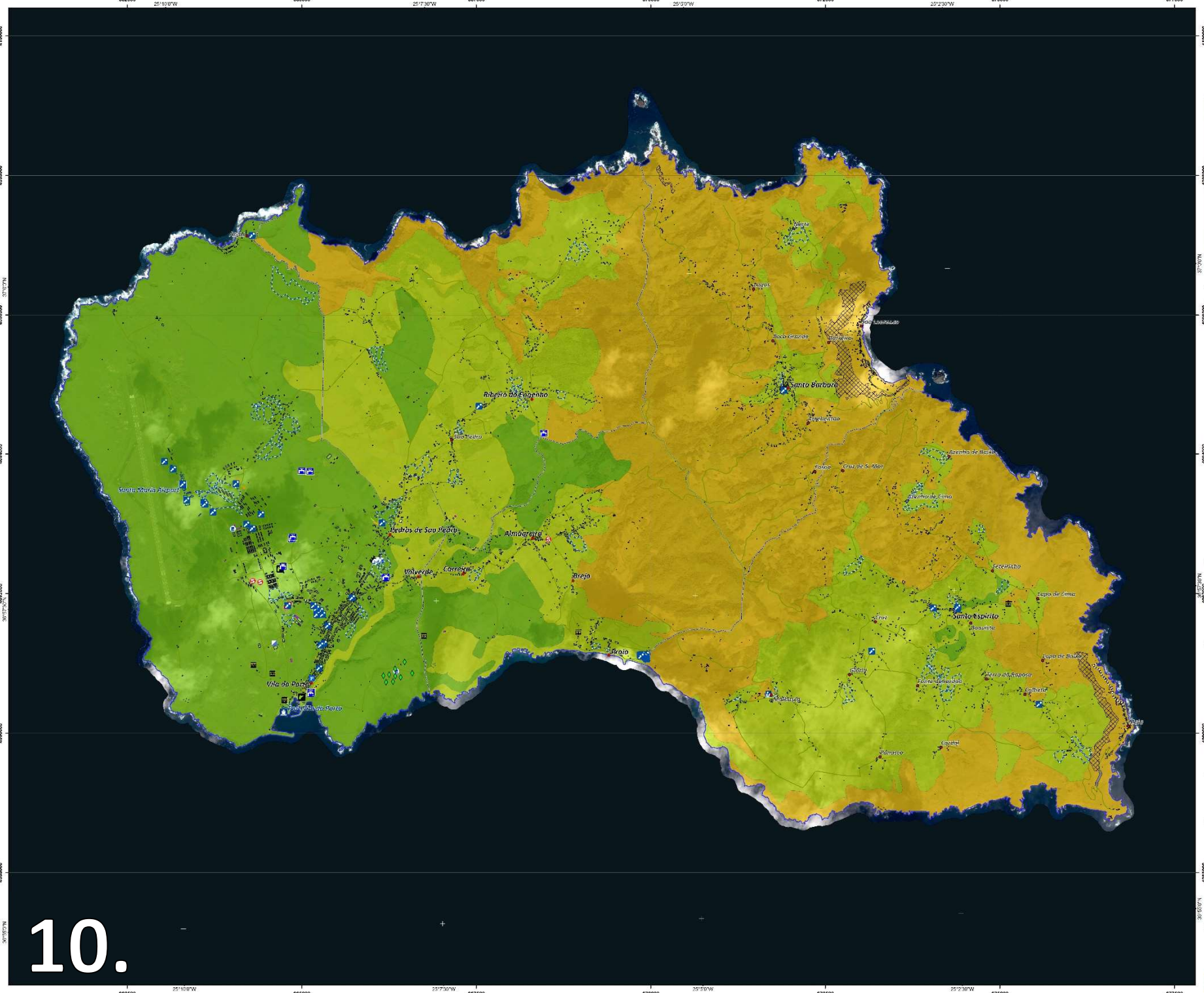
Contact

The map was produced on 22/12/2015 by GEOAPIKONISIS (EL) – NOA (EL) – CIMA (IT) – A.TAMIRA (ES) under the Service Contract nr 259811 of the European Commission.
Name of the release inspector (quality control): JRC.
E-mail: ems-risk-recovery-mapping@jrc.ec.europa.eu
http://emergency.copernicus.eu/mapping

Copernicus
The European Earth Observation Programme

Joint Research Centre
JRC

9.



10.

Glide Number: (N/A)

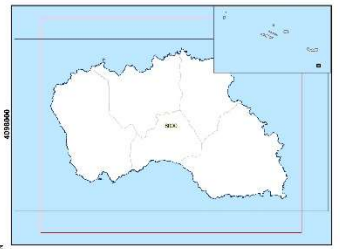
Activation ID: EMSN-018
Product N.: 08SANTAMARIA, v1, English

Santa Maria - Portugal

Earthquake Landslide Risk Assessment - 2015

Population & POIs at Risk Map - Overview

Production date: 23/12/2015



Cartographic Information

1:25.000 — Full color A1, high resolution (300dpi)

0 0,3 0,6 1,2 1,8 2,4 Km

Grid: WGS 1984 Zone 26 N map coordinate system
Tick marks: WGS 84 geographical coordinate system

Legend

Occupancies within the AOI

Is and Santa Maria	V. low	Low	Medium	High	V. High
Population [inhabitants]	2924	2040	384	0	0
Area of Built-Up Areas [sqkm]	6,428	0,348	0	0	0

Occupancies within the AOI

Is and Santa Maria	V. low	Low	Medium	High	V. High	None
Airport	0	0	0	0	0	1
Port	0	0	0	0	0	1
Commercial, Public & Private Services	69	21	2	0	0	0
Industry & Utilities	10	5	1	0	0	0
Place of worship	2	0	0	0	0	0
Other	42	13	0	0	0	0

Map Information

The purpose of the requested mapping is to provide comprehensive knowledge of the potential impact on Azores islands (PT), of different natural disasters, including earthquakes, floods, volcanic eruptions, landslides, soil erosion, tsunamis and storm surges, and coastal erosion.
The analysis aims to identify assets at risk, focusing on population, infrastructure and the environment to allow informed decision making to take place concerning the planning and recovery activities of the involved stakeholders. To this end, specific risk mitigation measures are proposed, along with the specification of critical first response information.
The key users of the map series are the Regional (Azores, Portugal) Authorities: (1) Direção Regional Obras Públicas e Comunicações, (2) Serviço Regional de Proteção civil e combate dos Açores, and (3) CIVISA: Centro de Informação e Vigilância Sismovulcânica dos Açores.

Data Sources

Inset maps based on:
Pleiades mosaic: © AIRBUS (acquired on 2015/09/21), GSD 0.5 m, <5% cloud cover
Reference Imagery: Regional Orthophotography © Direção Regional das Obras Públicas e Comunicações dos Açores (year of aerial photography acquisition: 2003,2004), GSD 0.5 m, scale 1:10000
Vector layers: Road Network: primary source is the OSM duly updated/ digitized, from the satellite images. Buildings Footprints digitized from the satellite images. Administrative limits (CAOP 2015) © Direção Geral do Território (PT). Census Data - Census Blocks geometry and information (2011) © Instituto Nacional de Estatística (PT). Elevation data and Land Cover Use Data (duly updated/refined on the basis of the satellite data photo-interpretation) primary source © Direção Regional das Obras Públicas e Comunicações dos Açores.
The data provided is subject to the terms outlined in the arrangements concerning access to authoritative geospatial reference data for Copernicus emergency management service.

Dissemination/Publication

The products (maps) are available through the EMS Copernicus Portal at the following URL: http://emergency.eu/mapping/ask-ec/components/616
Delivery formats are GeoTIFF, GeoPDF, GeoJPEG and vectors (shapefile and KML formats).
No restrictions on the publication of the mapping apply.

Framework

The products elaborated in the framework of the current Risk and Recovery mapping activation are realised to the best of our ability. All geographic information has limitations due to scale, resolution, date and interpretation of the original data sources. The products are compliant with the Copernicus EMS Risk and Recovery Product Portfolio specifications.

Map Production

The map shows the landslide earthquake induced risk per census block for the given seismic hazard. The risk assessment has been determined by using the NGI methodology based on the landslide earthquake induced hazard analysis and the structural vulnerability of the census blocks. The areas mostly affected are located in high PGA zones, slopes steeper than 30 degrees, with weak lithological feature formations, sparse vegetation and poor building characteristics.
All satellite images have been radiometrically enhanced and georeferenced using the reference orthophotos.
The estimated geometric accuracy of the image is 2.5 m or better, from native positional accuracy of the background satellite image, compliant with JRC requirements for 1:10,000 cartography.
The estimated thematic accuracy of this product is 85% or better, based on internal validation procedures and visual interpretation of recognizable items on very high resolution optical imagery.
The statistical table included in this map shows the population and the assets at various.

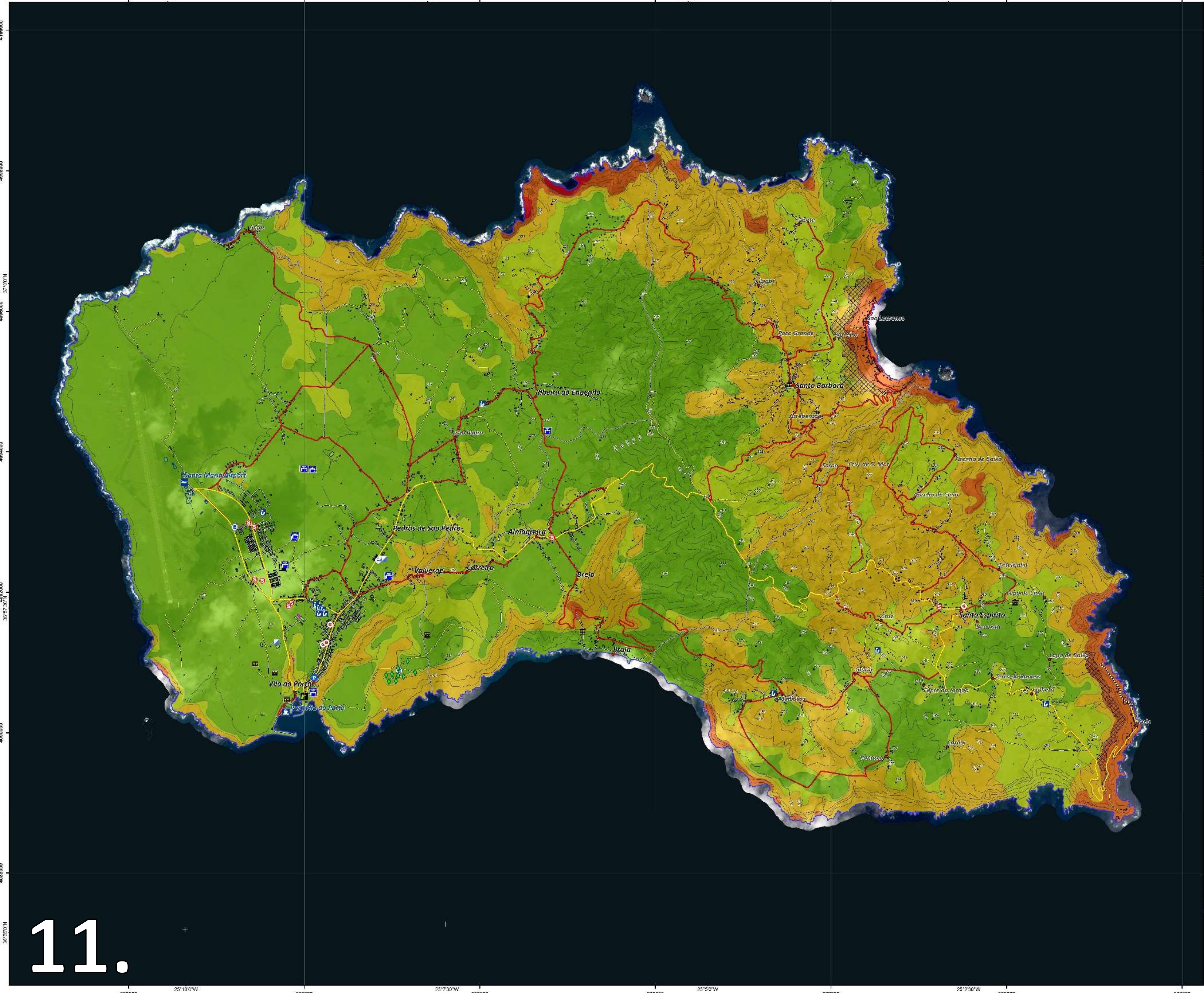
Contact

The map was produced on 23/12/2015 by GEOAPIKONISIS (GL) - NOA (EL) - CIMA (IT) - ALTAMIRA (ES) under the Service Contract nr. 256611 of the European Commission.
Name of the release inspector (quality control): JRC.
E-mail: ems-risk-recovery-mapping@jrc.ec.europa.eu
http://emergency.copernicus.eu/mapping

Copernicus — The European Earth Observation Programme

Joint Research Centre — JRC

11.



Glide Number: (N/A)

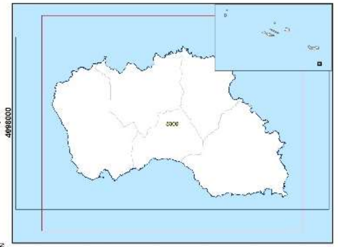
Activation ID: EMSN-018
Product N.: 08SANTAMARIA, v1, English

Santa Maria - Portugal

Erosion Risk Assessment - 2015

Soil Loss Map - Overview

Production date: 23/12/2015



Cartographic Information

1:25.000 — Full color A1, high resolution (300dpi)

0 — 0,3 — 0,6 — 1,2 — 1,8 — 2,4 Km

Grid: WGS 1984 Zone 26 N map coordinate system
Tick marks: WGS 84 geographical coordinate system

Legend

Risk Level: Null, Very Low, Low, Medium, High, Very High

Administrative boundaries — Populated places — Buildings — Transportation — Physiography — Hydrography — Points of Interest — First Aid Areas — Mitigation Measures

Consequences within the AOI Island: Santa Maria		Risk Level Very Low	Low	Medium	High	Very High
Land Cover/ Use (sqkm)	211	0,782	0,286	0,000	0,000	0,000
	221	0,000	0,000	0,046	1,002	0,000
	231	18,431	9,012	5,802	0,508	0,000
	242	4,286	1,177	1,150	0,000	0,000
	243	3,385	3,668	12,938	0,619	0,000
	311	11,341	0,125	0,028	0,000	0,000
	312	1,387	0,018	0,001	0,000	0,000
	313	0,348	0,000	0,000	0,000	0,000
	321	1,498	0,556	2,801	0,125	0,000
	322	1,680	0,582	2,914	0,306	0,000
	324	0,715	1,879	0,301	0,000	0,000
	332	0,248	0,000	0,000	0,000	0,000
	333	0,000	0,000	0,000	0,266	0,083

Map Information

The purpose of the requested mapping is to provide comprehensive knowledge of the potential impact on Azores islands (PT), of different natural disasters, including earthquakes, floods, volcanic eruptions, landslides, soil erosion, tsunamis and storm surges, and coastal erosion.
The analysis aims to identify assets at risk, focusing on population, infrastructure and the environment to allow informed decision making to take place concerning the planning and recovery activities of the involved stakeholders. To this end, specific risk mitigation measures are proposed, along with the specification of critical first response information.
The key users of the map series are the Regional (Açores, Portugal) Authorities: (1) Direção Regional Obras Públicas e Comunicações, (2) Serviço Regional de Proteçao civil e bombeiros dos Açores, and (3) CIVISA: Centro de Informação e Vigilância Sismovulcânica dos Açores.

Data Sources

Inset maps based on:
Pleiades mosaic © AIRBUS (acquired on 2015/09/21), GSD 0.5 m, ~5% cloud cover
Reference Imagery: Regional Orthophotography © Direção Regional das Obras Públicas e Comunicações dos Açores (year of aerial photography acquisition: 2003,2004), GSD 0.5 m, scale 1:10000
Vector layers: Road Network: primary source is the OSM duly updated/ digitized, from the satellite images, Buildings Footprints digitized from the satellite images, Administrative limits (CAOP 2015) © Direção Geral do Território (PT), Census Data – Census Blocks geometry and information (2011) © Instituto National de Estatística (PT). Elevation data and Land Cover/ Use Data (duly updated/refined on the basis of the satellite data photointerpretation) primary source © Direção Regional das Obras Públicas e Comunicações dos Açores.
The data provided is subject to the terms outlined in the arrangements concerning access to authoritative geospatial reference data for Copernicus emergency management service.

Dissemination/Publication

The products (maps) are available through the EMS Copernicus Portal at the following URL: http://emergency.eu/mapping/list-of/components/018.
Delivery formats are GeoTIFF, GeoPDF, GeoJPEG and vectors (shapefile and KML formats).
No restrictions on the publication of the mapping apply.

Framework

The products elaborated in the framework of the current Risk and Recovery mapping activation are realised to the best of our ability. All geographic information has limitations due to scale, resolution, date and interpretation of the original data sources. The products are compliant with the Copernicus EMS Risk and Recovery Product Portfolio specifications.

Map Production

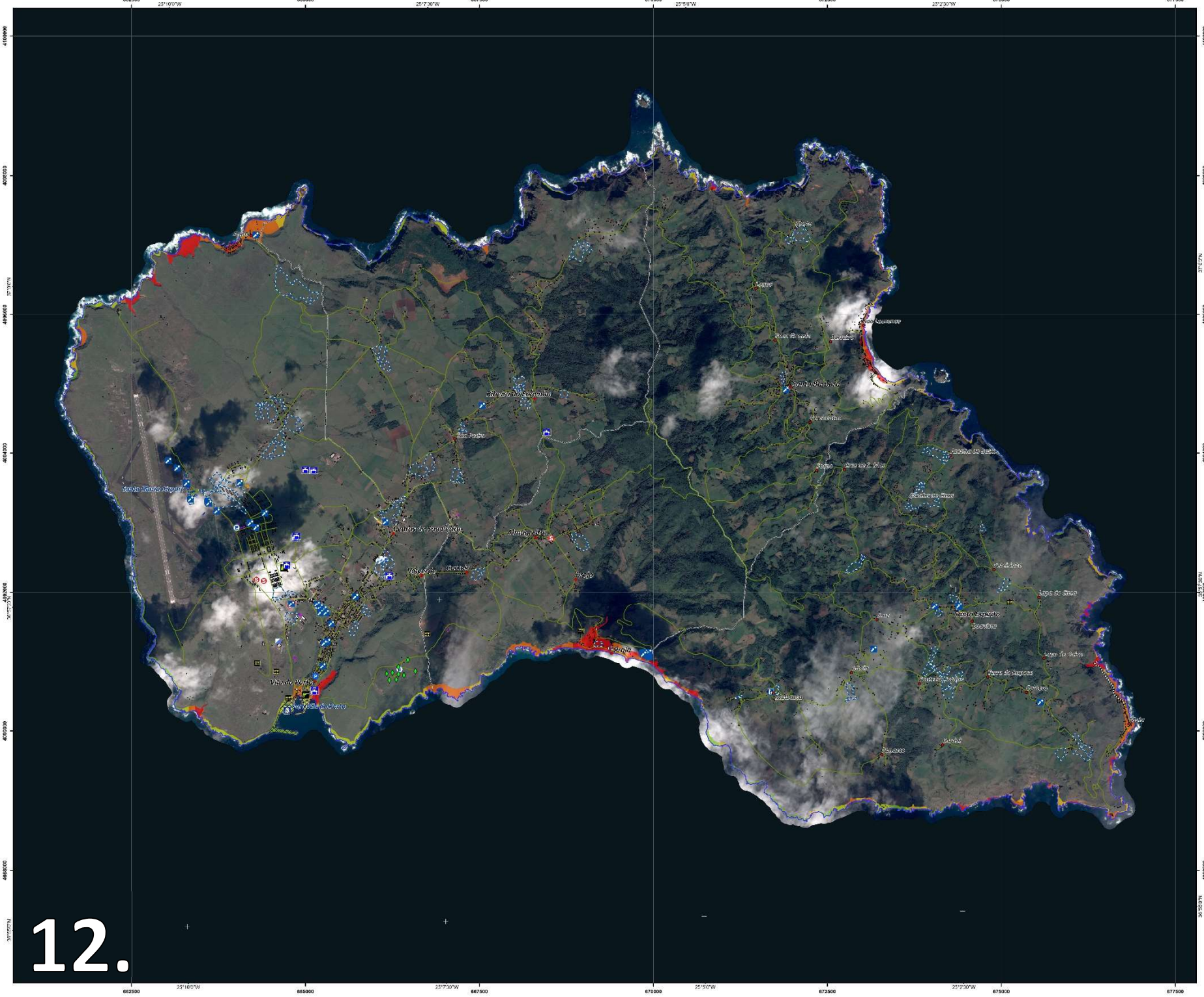
The map shows the soil erosion susceptibility status due to water. The susceptibility assessment has been determined using the Revised Universal Soil Loss (RUSLE) equation. The rainfall - runoff erosivity, the soil erodibility, the slope length, the slope steepness and the land use are the main soil erosion driving factors used. The areas mostly affected are described by medium fine topsoil properties, steep slopes, sparse vegetation, vineyards plantations or pastures.
All satellite images have been radiometrically enhanced and georeferenced using using the reference orthophotos.
The estimated geometric accuracy of the image is 2.5 m or better, from native positional accuracy of the background satellite image, compliant with JRC requirements for 1:10,000 cartography.
The estimated thematic accuracy of this product is 85% or better, based on internal validation procedures and visual interpretation of recognizable items on very high resolution optical imagery.
The statistical table included in the map shows the land use/cover classes present in the

Contact

The map was produced on 23/12/2015 by GEOAPIKONISIS (EL) – NOA (EL) – CIMA (IT) – ALTAMIRA (ES) under the Service Contract nr. 259811 of the European Commission.
Name of the release inspector (quality control): JRC.
E-mail: ems-risk-recovery-mapping@jrc.ec.europa.eu
http://emergency.copernicus.eu/mapping

Copernicus — The European Earth Observation Programme

Joint Research Centre JRC



12.

Glide Number: (N/A)

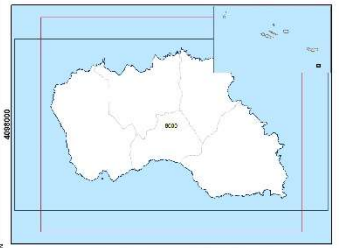
Activation ID: EMSN-018
Product N.: 08SANTAMARIA, v1, English

Santa Maria - Portugal

Coastal Erosion Risk Assessment - 2015

Coastal Erosion Risk Map - Overview

Production date: 22/12/2015



Cartographic Information

1:25.000 Full color A1, high resolution (300dpi)

0 0,3 0,6 1,2 1,8 2,4 Km

Grid: WGS 1984 Zone 26 N map coordinate system
Tick marks: WGS 84 geographical coordinate system

N

Legend

Risk Level
Null
Very Low
Low
Medium
High
Very High

First Aid Areas
First Aid Areas
Camp location
Shelter
Field hospital
Helicopter landing spot
Casualties tank

Mitigation Measures
Revetment, seawall, groynes, tubes, tubes
Structural reinforcement areas

Administrative boundaries
Municipality

Populated places
City
Town
Village

Buildings
Airport
Port
Commercial, Public & Private Services
Industry & Utilities
Place of worship
Other
Unclassified

Transportation
Airport
Port
Bridge & overpass
Tunnel
Highway
Primary Road
Secondary Road
Local Road
Other

Physiography
Sea - Primary
Secondary
Spot height

Hydrography
Rivers & streams
Coastline

Points of Interest
Hospital
Fire station
Police
Lookouts
Sports
Government facilities
Industrial facilities
Water infrastructure
Electricity infrastructure
Water power infrastructure
Power stations
Wind turbines
Oil
Marina
Military

Consequences within the AOI Island: Santa Maria		Risk Level Very Low	Low	Medium	High	Very High
Land Cover/ Use (sqkm)	Artificial surfaces	0,062	0,067	0,014	0,012	0
	Agricultural areas	0,091	0,170	0,158	0,311	0,365
	Forests and semi-natural areas	0,100	0,170	0,138	0,151	0,059
	Wetlands	0	0	0	0	0
	Water bodies	0	0	0	0	0

Map Information

The purpose of the requested mapping is to provide comprehensive knowledge of the potential impact on Azores islands (PT), of different natural disasters, including earthquakes, floods, volcanic eruptions, landslides, soil erosion, tsunamis and storm surges, and coastal erosion.
The analysis aims to identify assets at risk, focusing on population, infrastructure and the environment to allow informed decision making to take place concerning the planning and recovery activities of the involved stakeholders. To this end, specific risk mitigation measures are proposed, along with the specification of critical first response information.
The key users of the map series are the Regional (Açores, Portugal) Authorities: (1) Direção Regional Obras Públicas e Comunicações, (2) Serviço Regional de Protecção civil e bombeiros dos Açores, and (3) CIVISA: Centro de Informação e Vigilância Sismovulcânica dos Açores.

Data Sources

Inset maps based on:
Pleiades mosaic © AIRBUS (acquired on 2015/09/21), GSD 0.5 m, ~5% cloud cover
Reference Imagery: Regional Orthophotography © Direção Regional das Obras Públicas e Comunicações dos Açores (year of aerial photography acquisition: 2003-2004), GSD 0.5 m, scale 1:10000
Vector layers: Road Network: primary source is the OSM duly updated/ digitized, from the satellite images, Buildings Footprints digitized from the satellite images, Administrative limits (CAOP 2015) © Direção Geral do Território (PT), Census Data – Census Blocks geometry and information (2011) © Instituto Nacional de Estatística (PT), Elevation data and Land Cover/ Use Data (duly updated/refined on the basis of the satellite data photo/interpretation) primary source © Direção Regional das Obras Públicas e Comunicações dos Açores.
The data provided is subject to the terms outlined in the arrangements concerning access to authoritative geospatial reference data for Copernicus emergency management service.

Dissemination/Publication

The products (maps) are available through the EMS Copernicus Portal at the following URL: http://emergency.eu/mapping/list-of-components/018.
Delivery formats are GeoTIFF, GeoPDF, GeoJPEG and vectors (shapefile and KML formats).
No restrictions on the publication of the mapping apply.

Framework

The products elaborated in the framework of the current Risk and Recovery mapping activation are realised to the best of our ability. All geographic information has limitations due to scale, resolution, date and interpretation of the original data sources. The products are compliant with the Copernicus EMS Risk and Recovery Product Portfolio specifications.

Map Production

The map shows the coastal erosion susceptibility status. The susceptibility assessment has been determined summarizing seven indicators: Relative sea level rise, shoreline evolution trend scale, highest water level, geological coastal type, Digital elevation Model, engineered frontage and near shore currents. The resulting risk has been classified in five different categories (very low, low, medium, high, very high).
All satellite images have been radiometrically enhanced and georeferenced using the reference orthophotos.
The estimated geometric accuracy of the image is 2.5 m or better, from native positional accuracy of the background satellite image, compliant with JRC requirements for 1:10,000 cartography.
The estimated thematic accuracy of this product is 85% or better, based on internal validation procedures and visual interpretation of recognizable items on very high resolution optical imagery.
The statistical table included in this map shows the land use/cover classes present in the island at various susceptibility levels.

Contact

The map was produced on 22/12/2015 by GEOAPIKONISIS (EL) – NOA (EL) – CIMA (IT) – ALTAMIRA (ES) under the Service Contract nr. 259811 of the European Commission.
Name of the release inspector (quality control): JRC
E-mail: ems-risk-recovery-mapping@jrc.ec.europa.eu
http://emergency.copernicus.eu/mapping

Copernicus The European Earth Observation Programme

Joint Research Centre JRC

ANEXO II

Programa de Medidas a Implementar para a Prevenção e Mitigação dos Riscos Identificados e para a Garantia da Manutenção Operacionalidade do Plano

1. PROGRAMA DE MEDIDAS A IMPLEMENTAR PARA A MITIGAÇÃO DE RISCOS IDENTIFICADOS

As medidas de mitigação a definir, devem ser abrangentes face aos riscos predominantes no território do Concelho de Vila do Porto, esforçando-se por alcançar objetivos múltiplos, e definindo horizontes de tempo a longo prazo.

Mitigar o impacto das catástrofes, pressupõe o reconhecimento/identificação dos perigos e áreas de suscetibilidade à ameaça, a identificação dos fatores que contribuem para as vulnerabilidades presentes, bem como, a consideração da capacidade de adaptação que as comunidades vão desenvolvendo, face às situações presentes.

Todas as ações de mitigação de riscos, se sustentadas, tendem para a redução das vulnerabilidades presentes, detendo por isso o potencial de produzir benefícios repetidos ao longo do tempo, precavendo os impactos de futuras catástrofes.

As medidas de mitigação devem, por isso, estar previstas em todas as fases do ciclo da catástrofe, podendo ser estruturais ou não estruturais, como são as estratégias de desenvolvimento propostas nos instrumentos de gestão territorial ou os programas de sensibilização/educação destinados à comunidade ou à sensibilização de decisores dos setores públicos e privado.

Neste sentido, e de modo a alcançarem-se estes objetivos, identificam-se nos pontos que se seguem:

- Estratégias de carácter geral a serem implementadas por APC e/ou entidades de apoio;
- Estratégias específicas para cada um dos principais riscos identificados no ponto seguinte, incluindo os instrumentos legais atualmente em vigor.

1.1 Estratégias Gerais

No âmbito da definição de estratégias, para mitigação dos efeitos associados a acidentes graves ou catástrofes, torna-se útil clarificar aquelas que, ao serem implementadas, apresentam um efeito benéfico transversal a vários tipos de eventos. Importa ter em conta, nas estratégias de mitigação de caráter geral:

- As que decorrem da Lei de Bases de Proteção Civil, como são o direito à informação e formação dos cidadãos, de acordo com a qual os cidadãos têm direito à informação sobre os riscos a que estão sujeitos, bem como sobre as medidas adotadas e a adotar, de modo a minimizar os efeitos de acidente grave ou catástrofe. Esta estratégia pode incluir, na sua implementação, o desenvolvimento de ações de informação/sensibilização destinadas à população em geral, mas também às instituições públicas e privadas, consciencializando-as das responsabilidades que recaem sobre elas;
- As ações tendentes à atualização das bases de dados de ocorrência para uma permanente atualização dos níveis de risco e das áreas de suscetibilidade, bem como a manutenção do inventário atualizado de meios materiais e humanos que poderão ser ativados em caso de emergência;
- A articulação com os instrumentos de gestão territorial, complementando as estratégias definidas para a diminuição das vulnerabilidades, e para a minimização dos riscos identificados;
- A promoção da realização de exercícios de emergência nos diferentes níveis;
- A maximização da eficiência das ações de socorro promovendo a elaboração de planos de emergência concisos e centrados nas componentes operacionais;
- A aquisição de equipamentos de apoio.

1.2 Estratégias Específicas

Para além da definição de estratégias de carácter geral, úteis para a maximização da eficácia e eficiência de um elevado número de ações transversais a vários tipos de risco, considera-se ser de toda a utilidade organizar e especificar estratégias de mitigação para os principais tipos de risco que poderão afetar o Concelho de Vila do Porto. Nas tabelas seguintes identificam-se as estratégias de mitigação específicas para cada risco.

RISCOS DE ORIGEM NATURAL			
CATEGORIA	**DESIGNAÇÃO**	**MEDIDAS**	**N.º**
Condições Meteorológicas Adversas	**Precipitação intensa**	Realizar ações de sensibilização junto das populações para o reconhecimento dos sinais de alerta e aviso, tendo em vista a divulgação dos comportamentos de autoproteção a serem adotados em caso de precipitação intensa.	1
	Ciclones e Tempestades	Previsão e monitorização das condições atmosféricas;	2
		Apoio à população em localidades isoladas;	3
		Realizar ações de sensibilização junto das populações para o reconhecimento dos sinais de alerta e aviso, tendo em vista a divulgação dos comportamentos de autoproteção a serem adotados em caso de ciclones ou tempestades.	4
	Ondas de calor	Realizar ações de sensibilização junto das populações para o reconhecimento dos sinais de alerta e aviso, tendo em vista a divulgação dos comportamentos de autoproteção a serem adotados em caso de ondas de calor.	5
	Vagas de frio	Realizar ações de sensibilização junto das populações para o reconhecimento dos sinais de alerta e aviso, tendo em vista a divulgação dos comportamentos de autoproteção a serem adotados em caso de vagas de frio.	6
Hidrologia	**Cheias e Inundações**	Realizar ações de sensibilização junto das populações para o reconhecimento dos sinais de alerta e aviso;	7
		Avaliar a necessidade de ter em reserva (ou definidos locais de fácil abastecimento) meios de reforço de infraestruturas e de contenção dos níveis de água como por exemplo, sacos de areia;	8
		Aprofundar a articulação com a Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente – Direção Regional do Ambiente de modo a acompanhar a evolução no nível dos leitos dos cursos de água;	9
		Ao nível da legislação em vigor, importa indicar que este tipo de evento poderá ser igualmente mitigado através de instrumentos de ordenamento do território, como previsto em legislação, a qual define a necessidade de se condicionar o uso do solo em zonas suscetíveis a inundações, assim como criar sistemas de alerta.	10
	Secas	Realizar ações de sensibilização junto das populações para que sejam adotados procedimentos e comportamentos de poupança e redução do consumo de água;	11
		Promover a elaboração de um Plano Municipal de poupança de água;	12
		Promover a melhoria contínua dos sistemas de aproveitamento, armazenamento e abastecimento de água.	13
	Galgamentos costeiros	Garantir a eficiência dos mecanismos de previsão e de aviso à população presente nas zonas suscetíveis aos riscos;	14
		Realizar ações de sensibilização nas zonas de elevada suscetibilidade tendo em vista difundir os procedimentos que deverão ser adotados pela	15

		população após receção de avisos por parte da proteção civil (salvaguarda de bens, colocação de barreiras nas zonas de acesso aos pisos térreos, etc.);	
		Implementar ou acompanhar a implementação de um sistema de monitorização dos riscos de forma contínua;	16
		Ao nível da legislação em vigor, importa indicar que este tipo de evento poderá ser igualmente mitigado através de instrumentos de ordenamento do território, como previsto em legislação, a qual define a necessidade de se condicionar o uso do solo em zonas suscetíveis a inundações, assim como criar sistemas de alerta.	17
Geologia	**Sismos**	Realizar ações de sensibilização, tendo em vista a divulgação dos comportamentos de autoproteção a serem adotados, em caso de sismo;	18
		Sensibilizar os promotores para a importância de que todas as edificações cumpram os regulamentos de dimensionamento para fazer face aos sismos, em particular quando se tratam de edifícios como os de APC, que deverão estar localizados em locais de baixa suscetibilidade, e construídos com as adequadas técnicas construtivas;	19
		Introduzir ao nível do Plano Diretor Municipal (PDM) condicionantes de uso do solo nas zonas definidas como de elevada suscetibilidade sísmica;	20
		Ao nível da legislação em vigor, importa indicar que este tipo de evento poderá ser igualmente mitigado através de instrumentos de ordenamento do território, como previsto em legislação, Resolução da Assembleia da República n.º 102/2010, de 11 de agosto – Adoção de medidas para reduzir os riscos sísmicos;	21
		Ter previstos planos prévios de intervenção como: - Procedimentos de deslocação da população mais vulnerável (crianças e idosos) e entidades responsáveis pela mesma; -Ter definidas previamente a constituição de várias equipas de avaliação de estabilidade de infraestruturas a ativar, em caso de necessidade; -Procedimentos de estabilização de infraestruturas em risco de colapso e meios materiais e humanos disponíveis para a sua implementação.	22
	Tsunamis	Realizar ações de sensibilização junto das populações para o reconhecimento dos sinais de alerta e aviso, tendo em vista a divulgação dos comportamentos de autoproteção a serem adotados em caso de tsunamis;	23
		Implementar ou acompanhar a implementação de um sistema de aviso e monitorização do risco em zonas de maior suscetibilidade ao fenómeno.	24
	Atividade vulcânica	Realizar ações de sensibilização junto das populações para o reconhecimento dos sinais de alerta e aviso, tendo em vista a divulgação dos comportamentos de autoproteção a serem adotados em caso de atividade vulcânica;	25
	Movimentos de massa em vertentes	Articular com os instrumentos de gestão territorial o cumprimento de condicionantes de uso do solo nas zonas definidas como de elevada suscetibilidade a movimentos de massa em vertentes em especial nas áreas urbanas;	26
		Definir, nas zonas de elevada suscetibilidade, as medidas preventivas relativamente à segurança de pessoas e bens face à instabilização de vertentes, os quais poderão incluir: - Proibição da construção de hospitais, escolas, edifícios com importância na gestão da emergência e edifícios de habitação; - Realização de obras de estabilização e reforço a fim de aumentar a segurança de estruturas já existentes.	27
		Estabelecer parcerias com a comunidade académica no sentido de garantir que todos os deslizamentos de terras registados em território municipal (ocorrências registadas pelos APC) são estudados e catalogados. Esta ação terá por finalidade a constituição de uma base de dados a partir da qual se irão melhorar, de forma contínua, as metodologias de produção de cartografia de suscetibilidade a movimentos de massa em vertentes;	28

		Estabelecer parcerias com a comunidade académica no sentido de desenvolver modelos de previsibilidade temporal/espacial de ocorrência de movimentos de massa em vertentes, assim como a sua atualização e avaliação de soluções técnicas adequadas, através de parcerias com a comunidade académica;	29
		Promover uma "consciência preventiva do risco" entre as autoridades e populações locais sobre os riscos de movimentos de massa em vertente, permitindo que as sociedades desenvolvam procedimentos/organização de coexistência com a dinâmica do meio físico mitigando as consequências associadas aos movimentos de massa em vertente. Estas ações podem incluir, por exemplo, a realização de ações de sensibilização tendo em vista a divulgação dos comportamentos de autoproteção a serem adotados em caso de ocorrência de movimentos de massa;	30
		Implementar ou acompanhar a implementação de um sistema de monitorização contínua no tempo, devidamente associado a sistemas de alerta no âmbito dos movimentos em vertentes.	31
	Erosão costeira	Acompanhar a monitorização do estado das arribas das zonas identificadas como sendo de elevada suscetibilidade a acidente;	32
		Colocar painéis informativos nos acessos das zonas de elevada suscetibilidade e perigo de derrocada da arriba e garantir ações de sensibilização (informar a população das zonas de maior risco e indicar para se afastarem tanto quanto possível de locais de risco);	33
		Avaliar a possibilidade de se vedar o acesso a algumas zonas em articulação com a autoridade marítima local;	34
		Monitorizar as intervenções e estruturas de defesa costeira e respetivas áreas adjacentes.	35
	Colapso de cavidades subterrâneas naturais	Colocar painéis informativos nos acessos das zonas de elevada suscetibilidade e perigo de colapso de cavidades e garantir ações de sensibilização (informar a população das zonas de maior risco e indicar para se afastarem tanto quanto possível de locais de risco);	36
		Acompanhar a monitorização do estado das cavidades identificadas como sendo de elevada suscetibilidade a acidente;	37

Tabela 53 – Medidas especificas para a mitigação de riscos de origem natural

ORIGEM TECNOLÓGICA			
CATEGORIA	**DESIGNAÇÃO**	**MEDIDAS**	**N.º**
Transportes	**Acidentes graves rodoviários**	Informação, formação e educação da população – sensibilizar a população para o cumprimento do código da estrada e para as consequências negativas de práticas inadequadas;	1
		Intervenções corretivas na rede viária – intervenções de correção de eventuais problemas existentes na rede viária que contribuam para a ocorrência de acidentes rodoviários;	2
		Fomentar a articulação e a interoperabilidade de dados e processos entre as diferentes entidades, envolvidas na prevenção e socorro, de forma a consolidar a obtenção de dados a médio e longo prazo.	3
	Acidentes graves aéreos	Promover a atualização de forma continuada da base de dados relativa a acidentes aéreos, a qual deverá compreender, para além das causas e consequências dos acidentes, as coordenadas da queda das aeronaves;	4
		Agilizar a articulação entre entidades competentes, através de simulacros.	5
	Acidentes graves marítimos	Agilizar a articulação entre as entidades competentes e com capacidade de gestão das águas navegáveis junto a território municipal, através da realização de simulacros, formação partilhada e estabelecimento de canais privilegiados de comunicação de dados, informação e capacidade operacional.	6

	Acidentes no transporte de mercadorias perigosas	Promover a atualização de forma continuada da base de dados relativa a acidentes no transporte de mercadorias perigosas, a qual deverá compreender, para além das causas e consequências dos acidentes, as coordenadas dos acidentes;	7
		Promover ações de formação relativamente aos procedimentos a serem adotados em caso de acidente envolvendo diferentes tipos de matérias perigosas.	8
Vias de Comunicação e Infraestruturas	**Colapso de túneis, pontes e outras infraestruturas**	Promover a avaliação periódica da estabilidade estrutural de infraestruturas;	9
		Promover ações de formação relativamente aos procedimentos a serem adotados em caso de colapso de infraestruturas.	10
	Acidentes em condutas de transporte de substâncias perigosas	Promover a avaliação periódica da estabilidade estrutural de infraestruturas;	11
		Promover ações de formação relativamente aos procedimentos a serem adotados em caso de acidente envolvendo diferentes tipos de matérias perigosas.	12
Atividade Industrial	**Acidentes graves com substâncias perigosas**	Realizar ações de sensibilização junto das populações tendo em vista a divulgação dos comportamentos de autoproteção a serem adotados em caso de acidentes graves com substâncias perigosas;	13
		Acompanhar a elaboração e revisão de relatórios de segurança, quando aplicáveis.	14
		Garantir a incorporação no PDM das distâncias de segurança entre os estabelecimentos e zonas residenciais, vias de comunicação, locais frequentados pelo público e zonas ambientalmente sensíveis.	15
Áreas Urbanas	**Incêndios em edifícios**	Realizar ações de sensibilização junto das populações tendo em vista a divulgação dos comportamentos de autoproteção a serem adotados em caso de incêndios em edifícios;	16
		Promover o cumprimento do Regime Jurídico da Segurança Contra Incêndio em Edifícios;	17
		Efetuar vistorias à aplicação das medidas de prevenção e autoproteção do risco de incêndio;	18
		Cumprir com o Regime Jurídico de Segurança contra Incêndios em Edifícios em todos os edifícios pertencentes ao município.	19

Tabela 54 – Medidas especificas para a mitigação de riscos de origem tecnológica

ORIGEM MISTA			
CATEGORIA	**DESIGNAÇÃO**	**MEDIDAS**	**N.º**
	Incêndios florestais	Realizar ações de sensibilização junto das populações tendo em vista a divulgação dos comportamentos de autoproteção a serem adotados em caso de incêndios florestais;	1
		Executar e promover a gestão de faixas de combustível, através da Limpeza de matos e redução de material combustível;	2
		Adoção de boas práticas florestais, com o controlo do povoamento florestal e com o licenciamento de atividades de queima de sobrantes vegetais.	3
	Acidentes de Poluição	Promover ações de formação relativamente aos procedimentos a serem adotados em caso de acidente envolvendo diferentes tipos de matérias perigosas;	4

Tabela 55 – Medidas especificas para a mitigação de riscos de origem mista

2. PROGRAMA DE MEDIDAS A IMPLEMENTAR PARA A GARANTIA DA MANUTENÇÃO DA OPERACIONALIDADE DO PLANO

De modo a garantir a permanente operacionalidade do plano de emergência de proteção civil, deverá manter-se a prontidão dos agentes e entidades nele envolvidos e recolher lições para a sua melhoria e atualização permanentes. Assim o PMEPCVP deve ser regularmente treinado através de exercícios que têm como finalidade testar a sua operacionalidade, manter a prontidão e assegurar a eficiência de todos os agentes de proteção civil e garantir a manutenção da eficácia do plano e das organizações intervenientes.

Para isso, deverão ser realizados exercícios com periodicidade máxima de dois anos, nos termos do disposto no nº 3 do artigo 8º da Resolução nº 30/2015, de 7 de maio. Os referidos exercícios poderão envolver o teste à totalidade ou apenas a parte do Plano. Estes serão do tipo TTX, CPX ou LIVEX:

TIPO DE EXERCICIOS DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL			
TIPO	**NATUREZA**	**DESCRIÇÃO**	**FINALIDADE**
TTX	**Exercício de Decisão**	Exercícios com cenários transmitidos de forma escrita e/ou verbal, com vista a avaliar a eficácia de determinados procedimentos, no âmbito da gestão de emergências que permitam identificar eventuais constrangimentos, normalmente ao nível da coordenação e da atribuição de missões específicas aos participantes. Servem para praticar procedimentos já definidos. Não são mobilizados recursos, meios ou equipamentos Não existe simulação física dos eventos associados ao cenário. São normalmente conduzidos em sala.	Teste de planos Teste de procedimentos Testar diretivas Avaliar a capacidade operacional Avaliar a coordenação ao nível institucional
CPX	**Exercício de Posto de Comando**	Exercícios em que a emergência escolhida para cenário é simulada da forma mais realista possível, mas sem recorrer à movimentação real de meios de intervenção. Nestes casos, deverá ser desenvolvida de forma exaustiva uma descrição do cenário e deverão ser geradas mensagens e comunicações que circulam entre os diversos participantes, com vista a promover uma dinâmica que permita conduzir o exercício e envolver os participantes na emergência simulada, injetando os incidentes decorrentes do cenário principal. Os exercícios CPX podem decorrer nos próprios centros de operações envolvidos (fixos ou móveis), devendo ser utilizados canais reais de comunicações. Podem e devem ser utilizados em preparação de um exercício à escala real.	
LIVEX	**Exercício à Escala Real**	Nestes exercícios, existe mobilização real dos meios e recursos envolvidos nas ações de resposta, numa linha de tempo também real ou simulada. O cenário deve ser o mais próximo possível da realidade. Os exercícios LIVEX na área da proteção civil visam avaliar a capacidade operacional dos sistemas de gestão de operações nas suas várias valências, assim como a coordenação ao nível institucional. Estes exercícios podem acarretar custos mais elevados, pelo que devem ser precedidos de uma fase de planeamento bem cuidada.	

Tabela 56 – Tipologia de exercícios de proteção civil quanto à natureza

A realização de um exercício de proteção civil deverá incluir as seguintes fases:

- **Planeamento** (processo complexo com várias sub-etapas e que envolve, normalmente, várias entidades, desde aquela que organiza o exercício, passando por todas as restantes que, de alguma forma, serão envolvidas no mesmo. Assume-se como uma oportunidade crucial de aprendizagem, onde poderão ser detetadas falhas e constrangimentos fundamentais quer para o próprio exercício, quer para as várias organizações envolvidas);
- **Condução** (fase em que o exercício propriamente dito se desenrola);
- **Avaliação** (permite julgar o valor do exercício, o grau de realização das suas finalidades e objetivos, identificar dificuldades, tirar conclusões e, no final, estabelecer as necessárias recomendações);
- **Introdução de Correções** (permite corrigir falhas e constrangimentos identificados durante o exercício).

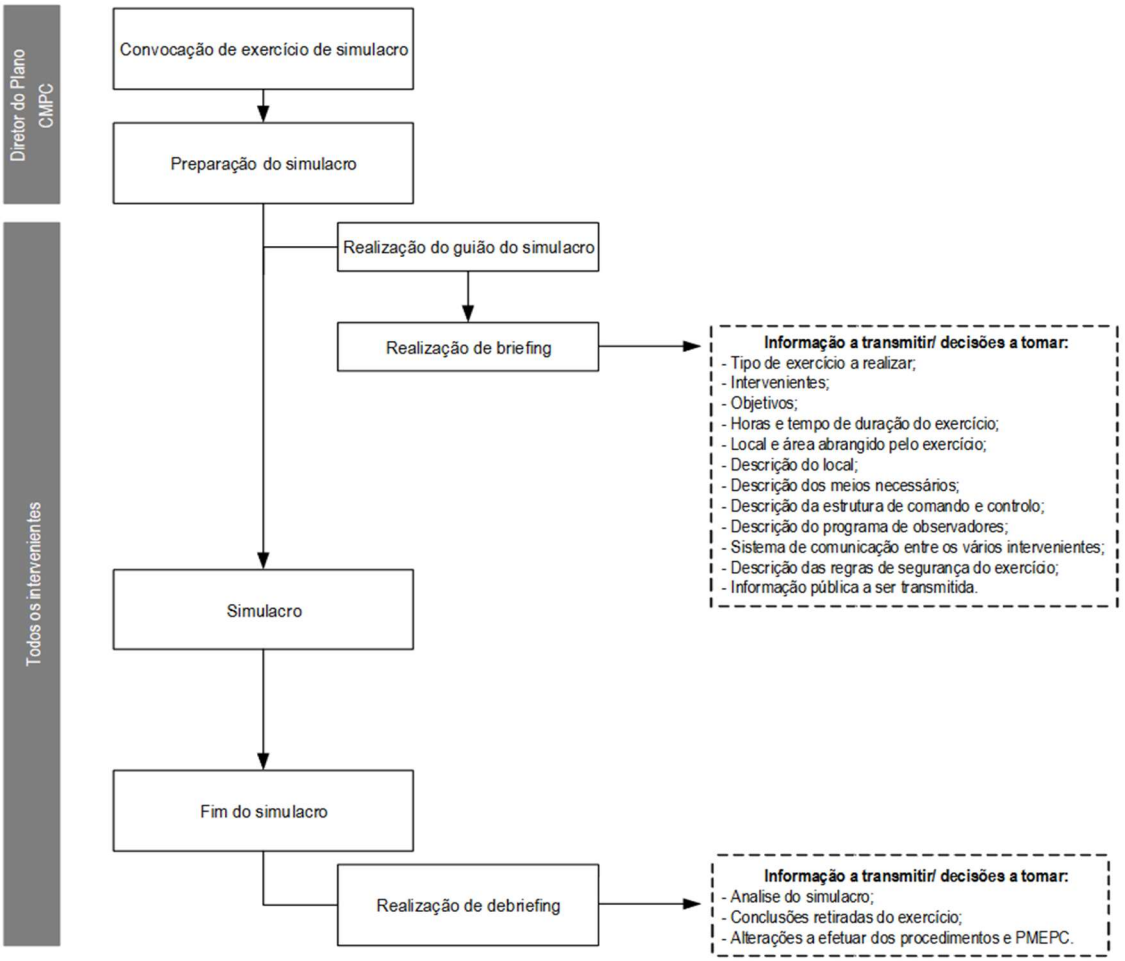


Figura 24 – Diagrama das fases de realização de um exercício

Na realização dos simulacros, pretende-se:

- Avaliar a rapidez e prontidão na ativação do PMEPCVP;
- Avaliar a articulação dos vários intervenientes que compõem a CMPC;
- Avaliar a operacionalidade dos APC e OEA;
- Avaliar a articulação entre a CMPC e o SRPCBA;
- Verificar a adequabilidade dos meios e equipamentos existentes para o cumprimento da resposta aos diferentes tipos de emergência;
- Analisar e avaliar a operacionalidade e eficácia dos meios humanos e materiais, no desempenho das missões que lhe foram atribuídas;
- Analisar e avaliar a gestão e coordenação dos meios das várias entidades envolvidas;
- Avaliar possíveis zonas de risco, e identificar situações críticas e de maior complexidade;
- Avaliar a celeridade no restabelecimento da normalidade;
- Testar o recurso a soluções alternativas no que respeita a vias de comunicação;
- Testar a operacionalidade do sistema de comunicações;
- Avaliar necessidades de formação dos intervenientes e de realização de novos exercícios.

2.1 Relatório de Avaliação de Exercícios

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE EXERCÍCIOS			
1. DADOS DO EXERCÍCIO			
Município:	*Vila do Porto*		
Exercício:			
Natureza do exercício:			
Cenário:			
Localização:			
Data de exercício: _____/_____/_____		**Data de Debriefing: _____/_____/_____**	
2. PROCEDIMENTOS PREPARATÓRIOS			
AÇÃO	**PROCEDEU**	**NÃO PROCEDEU**	**COMENTÁRIOS**
Foi realizado o briefing prévio			
Foram definidos os intervenientes			
Foi definido o âmbito e calendarização			
Foram definidos os objetivos			
3. PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS			
AÇÃO	**PROCEDEU**	**NÃO PROCEDEU**	**COMENTÁRIOS**
Ativação do CCOM			
Declaração de Situação de Alerta			
Ativação da CMPC			
Ativação do PMEPCVP			
Notificação do SRPCBA			
Divulgação junto da população			
4. GESTÃO DE EMERGÊNCIA			
AÇÃO	**POSITIVA**	**NEGATIVA**	**COMENTÁRIOS**
Participação dos membros da CMPC e OEA			
Articulação entre APC e OEA			
Articulação com o SRPCBA			
Articulação com os OCS			
Gestão e Mobilização de Meios			
Gestão de Comunicações			
Gestão de Informação			
Funcionamento do Centro Municipal de Operações			
Funcionamento da CMPC			
Reposta a incidentes expetáveis			
Reposta a incidentes não expetáveis			
Grau de dificuldade do exercício ajustado aos objetivos testados			
Resolução de falhas detetadas em anteriores exercícios			

5. APRECIAÇÃO GERAL O EXERCÍCIO

ASPECTOS POSITIVOS
ASPECTOS NEGATIVOS
OBSERVAÇÕES/COMENTÁRIOS

6. RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO RELATÓRIO

EQAV:	
Assinatura do Responsável:	

ANEXO III

Check-List de Procedimentos

CHECK-LIST DE PROCEDIMENTOS			
Check-List N.º:	_____ /_____		
Data:	_____ / _____ / _____	**Hora:**	_____ : _____
Entidade/Responsável:			
Ocorrência:			

PROCEDIMENTOS PARA DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO DE ALERTA DE ÂMBITO MUNICIPAL

N.º	PROCEDIMENTO	PÁGINA PMEPCVP	EXECUTADO		
			SIM	NÃO	N/A
1	Notificar Vereador Municipal de Proteção Civil	63/64/125			
2	Notificar Coordenador Municipal de Proteção Civil	63/64/125			
3	Declarar Situação de Alerta de âmbito municipal	30/135			
4	Ativar a sala de reunião da CMPC (Centro Municipal de Operações)	30/32			
5	Convocar os membros da CMPC	30/31/125			
6	Notificar os encarregados operacionais da CMVP	63/125			
7	Ativar o estado de prontidão dos serviços operacionais da CMVP	62			
8	Informar Ponto de Situação ao SRPCBA	62/63/131			
9	Divulgar a Declaração de Situação de Alerta Municipal junto da população	26/155/156			

PROCEDIMENTOS PARA ATIVAÇÃO DO PMEPCVP

N.º	PROCEDIMENTO	PÁGINA PMEPCVP	EXECUTADO		
			SIM	NÃO	N/A
1	Decidir ativação do PMEPCVP junto da CMPC (conforme critérios de ativação)	25/161			
2	Notificar SRPCBA sobre ativação do PMEPCVP	26/63/161			
3	Divulgar ativação do PMEPCVP junto dos OEA	126/161			
4	Ativar o estado de prontidão de todos os APC e OEA	62/125/126			
5	Divulgar ativação do PMEPCVP junto da população	26/161			
6	Ativar as Áreas de Intervenção necessárias à ocorrência	65/66			
7	Emitir comunicados e pontos de situação sempre que oportuno	26/155			
8	Manter o contacto permanente com o SRPCBA	63/130			

PROCEDIMENTOS PARA DESATIVAÇÃO DO PMEPCVP

N.º	PROCEDIMENTO	PÁGINA PMEPCVP	EXECUTADO		
			SIM	NÃO	N/A
1	Decidir desativação do PMEPCVP junto da CMPC	25			
2	Notificar SRPCBA sobre desativação do PMEPCVP	26/27/162			
3	Desativar as Áreas de Intervenção empregues na ocorrência	65			
4	Desmobilizar o dispositivo operacional dos APC e OEA	27			
5	Divulgar desativação do PMEPCVP junto da população	26/162			
6	Emitir e elaborar os relatórios finais necessários à ocorrência	130/146			

Observações

ANEXO IV

Fita de Tempo

FITA DE TEMPO	
Fita de tempo N.º:	_____ /_____
Data:	_____ / _____ / _____
Hora de início:	_____ : _____
Local:	
Entidade/Responsável:	

N.º	Hora	Ação

Observações

ANEXO V

Registo de Acessos

FICHA DE REGISTO DE ACESSOS	
Ficha de registo N.º:	_____ /_____
Data:	_____ / _____ / _____
Hora de início:	_____ : _____
Local:	
Entidade/Responsável:	

PRODUTO/EQUIPAMENTO/SERVIÇO					
N.º	**Hora de Entrada**	**Hora de Saída**	**Nome**	**Entidade**	**Contacto**

Observações

ANEXO VI

Comunicação Via Rádio

EXPRESSÃO	SIGNIFICADO
A caminho	Meios, veículos ou equipamentos a dirigir-se para onde foram enviados
Acuse repetindo	Repita a mensagem exatamente como a recebeu
Afirmativo	Sim
Aguarde	Mantenha-se à escuta pois em breve será enviada nova mensagem (a ligação deve ser terminada de seguida, utilizando os procedimentos definidos para fecho)
Algarismos	Seguem-se algarismos ou números
Aqui	Após esta expressão segue-se o indicativo do posto que está a emitir
Assim farei	Percebida a mensagem, atuar como solicitado
Confirme	Repita a informação solicitada (ou prestada)
Correto	A informação recebida está correta (se tiver indicações para cumprir, serão cumpridas)
De regresso	Regresso ao quartel/origem/unidade
Disponível	Estou fora da unidade, apto para prestar serviço
Errado	A mensagem estava errada
Eu repito	Repetir toda ou parte da mensagem
Eu soletro	Soletrar (letra a letra) a palavra anterior
Escuto	Terminada a mensagem, aguarda resposta do posto contactado
Fora de frequência	Meio, veículo ou equipamento vai deixar de operar no canal de coordenação, passando a operar em canal de coordenação diferente.
Hora	Segue-se indicação horária
Informe	Preste a informação solicitada
Inop	Meio, veículo ou equipamento avariado (incapaz de prestar qualquer serviço)
Na unidade	De regresso à unidade e vai desligar o rádio, para nova mobilização comunicar com a unidade
Negativo	Não
No hospital	Está no hospital de evacuação
No local	Está no local de ocorrência
Recebido	Mensagem recebida (entendida)
Silêncio	Cessar imediatamente todas as emissões neste canal
Terminado	Terminada a mensagem e não aguarda resposta do posto contactado. A ligação terminou e o canal fica de novo livre

Tabela 57 – Expressões de comunicação rádio

EXPRESSÃO	SIGNIFICADO
Alfa	A
Bravo	B
Charlie	C
Delta	D
Écho	E
Fox-Trot	F
Golf	G
Hotel	H
Índia	I
Juliete	J
Kilo	K
Lima	L
Mike	M
November	N
Óscar	O
Papa	P
Quebéc	Q
Romeo	R
Sierra	S
Tango	T
Uniform	U
Victor	V
Whiskey	W
X-Ray	X
Yankee	Y
Zulu	Z

Tabela 58 – Alfabeto fonético

HORA	LINGUAGEM COMUM	EXPRESSÃO RÁDIO
15:15	Três e um quarto da tarde	Horas, quinze; quinze
00:30	Meia-noite e meia	Horas, Zero; trinta
7:45	Um quarto para as oito	Horas, sete; quarenta e cinco
24:00	Meia-noite	Horas, vinte e quatro; zero, zero
10:00	Dez horas	Horas, dez; zero, zero

Tabela 59 – Modo de transmissão de horas via rádio